



Jornal Gratuito

www.verdade.co.mz

Sexta-Feira 16 de Agosto de 2019 • Venda Proibida • Edição N° 559 • Ano 11 • Fundador: Erik Charas

Acesso a telemóvel, tablet ou computador sem autorização passa a ser punido com prisão em Moçambique

O Código Penal revisto pela Assembleia da República, por consenso, passou a punir com prisão quem aceder sem autorização do proprietário "um dispositivo alheio, fixou ou móvel, ligado ou não à rede de computador, com o fim de obter informação não pública de correio ou comunicação electrónica privada".

Texto: Adérito Caldeira



A inovação, que visa adequar a legislação penal a realidade das novas tecnologias de comunicação, passou a sancionar: "Quem, sem permissão legal ou sem para tanto estar autorizado pelo proprietário, por outro titular do direito do sistema ou de parte dele, invadir um dispositivo alheio, fixou ou móvel, ligado ou não à rede de computador, com o fim de obter informação não pública de correio ou comunicação electrónica privada, acesso a dado privado, segredo comercial ou industrial, informação sigilosa ou o acesso remoto não autorizado do dispositivo, é punido com prisão de 1 a 2 anos de prisão e multa até 1 ano."

"Incorre na pena de 1 a 5 anos quem, ilegitimamente, produzir, vender, distribuir ou por qualquer outra forma disseminar ou introduzir num ou mais sistema informático dispositivo, programa, um conjunto executável de intruções, um código ou outro dado informático destinado a produzir as acções não autorizadas descritas no número anterior", determina o número 2 do Artigo 246 do Código Penal revisto pela Assembleia da República pouco antes de encerrar as sessões ordinárias da VIII Legislatura.

Ossufo Momade e instalações da Renamo serão protegidas pela PRM



A Polícia da República de Moçambique (PRM), um dos principais pontos das negociações entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama e também com Ossufo Momade, passarão a garantir a segurança do presidente do partido Renamo ao abrigo do Acordo de Paz e Reconciliação assinado no passado dia 6 de Agosto em Maputo. O documento a que o @Verdade teve acesso, e que precisa de ser ratificado pela Assembleia da República, revela que o maior partido de oposição abdicou de uma das suas principais exigências: a inclusão dos seus homens nos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 02 →

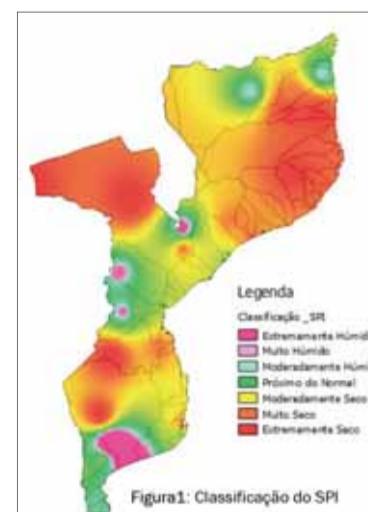
Pouca chuva origina humidade muito baixa em seis bacias hidrográficas de Moçambique

A Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) alerta para a pouca e quase nenhuma chuva que caiu em Moçambique nos últimos meses situação que colocou os solos em torno das bacias hidrográficas do Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Govuro, Save, Sul do Zambeze "índices de humidade muito baixo", numa situação de quase seca.

O mais recente Boletim de Estiagem da DNGRH alerta para "o nível de severidade das principais bacias hidrográficas do País, onde é possível notar que o mês em análise regista anomalias negativas de precipitação em relação a média em quase todas as bacias do País, exceptuando as bacias dos rios Limpopo a jusante, Búzi e Pungoê a montante, Messalo e uma parte do Rovuma".

O documento assinala que, "foram notórias as anomalias negativas, portanto, valores de caudais, cuja magnitude situa-se abaixo da média, isto é mais evidente nos rios Pungoê e Limpopo. Nas restantes bacias a situação hidrológica é normal.

"As bacias do Maputo, Umbelúzi, Limpopo, Inhamombe, Govuro, Save, Búzi, Pungoê Zambeze, Ligonha, Melela, Licungo, Messalo, Montepuez, Lúrio e



Rovuma, e as bacias costeiras da Região Norte do País foram caracterizadas por índice de humidade que varia de Muito baixo a Baixo", indica o Boletim que destaca que "As Bacias do Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Govuro, Save, Sul do Zambeze registam índices de humidade muito baixo".

Pouco mais de quatro meses após o fim da época chuvosa 2018/2019 e quando ainda faltam dois meses para o próximo período chuvoso Agostinho Vilanculos, funcionário sénior da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, explicou ao @Verdade que esta pouca queda de chuva "não é normal".

"Apesar de a época chuvosa terminar em Abril, os meses de Maio a Setembro deveriam registar uma precipitação normal de pelo menos na ordem dos 5 a 20 milímetros por mês. Se for a verificar nenhum desses meses registou precipitação na zona Sul com excepção da Província de Gaza, na Cidade de Xai-Xai que registou 10 milímetros. Esta situação agrava a estiagem na zona Sul, porque quando a época chuvosa chegar encontra os solos completamente secos sem nenhuma humidade", esclareceu Vilanculos.

Pergunta
à Tina

email
averdademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
DE SABER SOBRE SAÚDE
SEXUAL E REPRODUTIVA

DE
CONTE

A verdade em cada palavra.

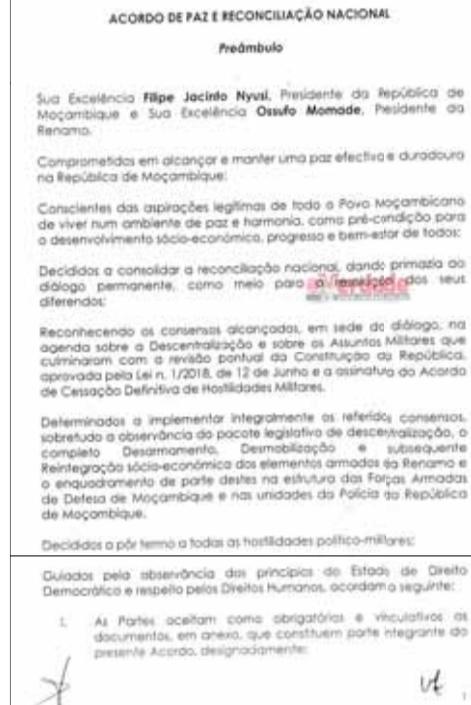
Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Ossufo Momade e instalações da Renamo serão protegidas pela PRM

Afonso Dhlakama, em vida, sempre defendeu a necessidade de alguns dos seus homens integrarem importantes cargos nos SISE, argumentando, por exemplo, que os ataques de que foi vítima em vários momentos e locais, só se tinham concretizado porque eram orquestrados e executados pelos esquadrões criados e comandados Serviços de Informação e Segurança do Estado onde, tal como na PRM, nenhum membro do partido Renamo alguma vez fora integrado, pelo menos formalmente.



Existem fortes evidências que os ataques armados que empurram Dhlakama de volta à serra da Gorongosa em 2015 terão sido perpetrados

pelos grupos armados comandados pelos SISE. "Quando há problemas, sempre fala a polícia, os militares, mas há uns que sempre ficam por detrás disso: SISE", revelou um dos membros ao @Verdade em 2016.

B. As funções destas estruturas estão definidas no Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares e nos Termos de Referência aprovados, que podem ser actualizados por consenso das Partes.
5. Desmantelamento das Bases e Posições Relacionadas com as Hostilidades Militares
O desmantelamento das bases e posições relacionadas com as hostilidades militares deve ser feito em conformidade com o previsto no Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares e concluído, até 21 de Agosto do presente ano.
6. Força de Proteção do Dirigente da Renamo
A. A segurança do Presidente, de outros Altos Dirigentes e instalações da Renamo é garantida por um contingente da Polícia da República de Moçambique, responsável pela proteção de Altas Individualidades, formado a partir de elementos seleccionados ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares.
B. O acuartelamento, e respectivo asseguramento logístico, é da responsabilidade da Polícia da República de Moçambique.
7. Resolução de conflitos
As Partes comprometem-se a privilegiar o diálogo na resolução das divergências resultantes da interpretação e implementação do presente Acordo.
8. Anexos
Constuem anexos e parte integrante do presente Acordo os seguintes documentos:
I. Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, assinado pelo Presidente da República e pelo Presidente da Renamo, a 6 de Agosto de 2012.
II. Termos de Referência aprovados.

Ossufo Momade afirmou em várias ocasiões que o enquadramento de homens da Renamo nos Serviços de Informação e Segurança do Estado "é a nossa exigência" e, quando foi eleito presidente do partido, a sua ala militar recordou-lhe que esse assunto havia sido acordado entre Dhlakama e Nyusi, e por isso "neste diálogo o SISE não deve ficar de

fora".

No entanto os documentos relativos a aquele que é o terceiro acordo de paz da nossa história, submetidos na passada quinta-feira (08) à Assembleia da República, não referem em nenhuma ocasião que essa exigência tenha sido acordada pelos beligerantes e assinantes do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo. Aliás em nenhum dos dois anteriores Acordos de Paz, de 1992 ou no de 2014, essa situação nunca esteve prevista portanto será interessante ver como essa antiga exigência pode originar discórdias no futuro.

"Segurança do presidente, de outros Altos Dirigentes e instalações da Renamo é garantida por um contingente da Polícia da República de Moçambique"

Os documentos a que o @Verdade teve acesso, e devem ser ratificados nos próximos dias pela Assembleia da República, revelam uma inovação em relação ao Acordo de 2014 e particularmente em relação ao Acordo de Paz de Roma que previa: "A Renamo será responsável pela segurança pessoal imediata dos seus mais altos dirigentes. O Governo da República de Moçambique concederá estatuto policial aos elementos da Renamo encarregados de garantir aquela segurança".

"A segurança do presidente, de outros Altos Dirigentes e instalações da Renamo é garantida por um con-

tingente da Polícia da República de Moçambique, responsável pela protecção de Altas Individualidades, formada a partir de elementos seleccionados ao abrigo do Memorando de Entendimento de Assunto Militares", determina o número 6 do Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades, rubricado no passado dia 1 de Agosto por Nyusi e Momade, na Gorongosa, que e preconiza ainda que: "O aquartelamento, e respectivo asseguramento logístico, é da responsabilidade da Polícia da República de Moçambique".



Não existem datas definidas para que a PRM assuma a protecção de Ossufo Momade assim como das instalações do partido Renamo mas o @Verdade entende que não acontecerá enquanto não tiver sido concluído o desmantelamento das bases e posições dos guerrilheiros do partido de oposição, processo que deverá terminar até ao próximo dia 21 de Agosto.

Desporto

União Desportiva do Songo inicia com empate caminhada para fase de grupos da Liga dos Campeões Africanos

Os bi-campeões nacionais de futebol, a União Desportiva do Songo, marcaram passo na caminhada rumo à fase de grupos da Liga dos Clubes Campeões Africanos de futebol ao empatarem no sábado (10) com o Simba Sports Club da Tanzânia.

Texto: Redacção • Foto: facebook UDS



de aplicar-se para manter o nulo.

Os avançados dos bi-campeões continuaram perdulários, no minuto 62 Lau King fez o corredor direito e serviu Miquissone que na grande área chutou para as nuvens.

A decisão sobre quem passa a 2ª eliminatória de acesso à

fase grupos da Liga dos Campeões Africanos será encontrada no próximo dia 25 de Agosto na cidade tanzaniana de Dar-Es-Salam.

A União Desportiva do Songo é a única equipa a representar Moçambique nas competições africanas esta época, após a desistência do Costa do Sol da Taça CAF.

"Samurais" vencem Quénia no início da disputa do título africano de basquetebol

As "Samurais" venceram o Quénia, no passado sábado (10), no início do Campeonato africano de basquetebol seniores femininos onde o objectivo de Moçambique é conquistar pela primeira vez a competição que decorre no Senegal.

Texto: Adérrito Caldeira • Foto: FIBA



Focada no inédito título africano a nossa seleção não deu a mínima chance às quenianas colocando-se na frente do marcador que dilatou até aos 13 pontos antes de sofrerem o primeiro cesto adversário. Comandadas por Tamara Seda as "Samurais" venceram o 1º período por 18-11 pontos.

No período seguinte o Quénia tentou reagir, reduziu a vantagem para 5 pontos, mas a nossa seleção voltou a acelerar o ritmo da partida e saiu para o intervalo a vencer 32-20 pontos.

Moçambique voltou com força no 3º período, abriu vantagem de 13 pontos, as quenianas tentaram dar luta mas continuaram atrás no placar 41-28 pontos.

No derradeiro período as "Sa-

murais", que não tinham feito nenhum jogo treino antes do Campeonato, aproveitaram para treinar e ganharem entrosamento gerindo a partida até a vitória por 55-39 pontos.

A poste Tamara Seda com 15 pontos, 10 ressaltos, uma assistência e três roubos destacou-se entre as moçambicanas.

Se vencer Cabo Verde, na próxima terça-feira (13), a nossa seleção qualifica-se directamente para os quartos-de-final, como 1º classificado do Grupo D e espera os resultados dos "oitavos".

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Defesa promete perpetuação da paz, segurança e desenvolvimento sem a presença da Renamo

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) está reunido na Cidade de Maputo para fazer o balanço do quinquénio e "definir as linhas orientadoras e acções a serem levadas à cabo em 2020, e no próximo ciclo de governação 2020-2024" assinalou o ministro Salvador M'tumuke que prometeu a "perpetuação do trinómio paz, segurança e desenvolvimento" num encontro onde não está presente nenhum dos membros do partido Renamo integrados no exército de Moçambique.

Texto: Redacção

Dirigindo a abertura do XX Conselho Coordenador do ministério que dirige M'tumuke começou por assinalar "iremos definir as linhas orientadoras e acções a serem levadas à cabo em 2020, e no próximo ciclo de governação 2020-2024 para que possamos da melhor forma, realizar as actividades inerentes à defesa da soberania, integridade territorial, consolidação da paz efectiva, unidade nacional e promoção do desenvolvimento sustentável".

"O nosso país vive um momento de profundas mudanças, numa dinâmica que exige das Forças Armadas uma visão interdisciplinar e uma planificação estratégica e pragmática, visando atingir os objectivos plasmados nos nossos instrumentos estruturantes e assegurar a perpetuação do trinómio paz, segurança e desenvolvimento", acrescentou o titular da Defesa.

Paradoxalmente no encontro que junta, até quarta-feira (14), quadros do sector da defesa de nível Central e Provincial assim como convidados de várias instituições públicas não está presente nenhum dos membros do partido Renamo que estão a ser integrados no exército, no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação, nem mesmo os oficiais nomeados para dirigir três departamentos do Estado-Maior General.

Caminhos de Ferro de Moçambique teve perdas operacionais, resultados líquidos diminuíram e dividendos para o Estado caíram 70 por cento



Pouco mais de 1 ano após Filipe Nyusi ter anunciado o inicio do fim da crise económica e financeira no nosso país os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) registaram perdas no seu balanço: os resultados operacionais reduziram em 60 por cento, os resultados antes de impostos caíram 52 por cento, os resultados líquidos decresceram 28 por cento e os dividendos para o Estado baixaram mais de 70 por cento.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: CFM continua Pag. 04 →

Chang (e Frelimo) ganha tempo até depois das Eleições

O Tribunal Superior de Gauteng, na África do Sul, adiou para depois das Eleições Gerais em Moçambique a audiência prevista para esta terça-feira (13) sobre a extradição do ex-ministro das Finanças e assinante das dívidas ilegais, Manuel Chang.

Texto: Redacção • Foto: OpenNewsSA

A expectativa de alguns moçambicanos que o novo Governo da África do Sul não iria interferir no pedido de extradição para os Estados Unidos da América do antigo ministro que assinou as Garantias Soberanas ilegais que possibilitaram os empréstimos de 2,1 biliões de dólares norte-americanos parece ter-se gorado com a decisão do Tribunal Superior de Gauteng, na cidade de Joanesburgo, de adiar até 16 e 17 de Outubro.

Depois da decisão de extraditar Manuel Chang para os EUA, tomada em Maio último pelo então ministro da Justiça e Serviços Correcionais da África do Sul, Michael Masutha, um agrupamento de organizações da sociedade civil moçambicana recorreu da extradição.

Ainda o tribunal não tinha apreciado o recurso quando o novo

ministro sul-africano da Justiça e Serviços Correcionais da África do Sul, Ronald Lamola, solicitou a revisão da decisão do seu

ra (12) entre a equipa de advogados recentemente contratada pelo Governo moçambicano e representantes do Ministério da Justiça da África do Sul, foi acordado adiar a apreciação como forma de dar mais tempo aos representantes do Estado moçambicano, recentemente contratados pela Procuradoria-Geral da República, paradoxalmente com dinheiro do povo que tem estado a pagar por estas dívidas ilegais desde 2015.

Manuel Chang foi detido pela Polícia Internacional (Interpol) a 29 de Dezembro no Aeroporto Internacional OR Tambo, onde estava em trânsito de Maputo para o Dubai, ao abrigo de um mandado de captura internacional emitido pela Justiça norte-americana que o pretende julgar por fraude electrónica, fraude de valores mobiliários, suborno e branqueamento de capitais.



antecessor por entender que Manuel Chang não é acusado formalmente por nenhum crime em Moçambique, facto que é verdadeiro.

Diante dos dois recursos o tribunal havia agendado para 13 de Agosto a Audição dos méritos das petições no entanto, após um encontro nesta segunda-fei-

verdade em cada palavra.



continuação Pag. 03 - Caminhos de Ferro de Moçambique teve perdas operacionais, resultados líquidos diminuíram e dividendos para o Estado caíram 70 por cento

A 9 de Julho de 2018, durante uma visita que efectuou aos CFM, que comemoravam 123 anos de existência, o Presidente Filipe Nyusi anunciou "o início do pós-crise" no nosso país e apontou a empresa que também é dona dos Portos que arrenda como exemplo para incentivar as outras empresas nacionais a encontrarem modelos de negócio mais arrojados e inovadores, assentes na conjugação de sinergias para superar o fantasma da crise.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.		
	Balanço	2018
ACTIVOS		
Ativos financeiros		
Ativos temporários	6	27.641.926
Ativos temporários de investimento	7	5.121.286
Ativos interiores	8	27.097
Outros ativos financeiros em subordinação	9	214.034
Outros ativos financeiros	10	28.344
Ativos por impostas difusas	11	295.444
		32.488.519
Ativos interiores		
Ativos temporários	12	1.426.082
Outros	13	3.115.200
Outros ativos financeiros	14	71.814
Outros ativos correntes	15	3.007.200
Capital e reservas	16	8.537.147
		18.307.319
Total dos ativos		32.488.519
CAPITAL PRÓPRIO E PATRIMÓNIO		
Capital social		
Capital social	17	1.342.981
Reservários	18	6.228.219
Reservários irreversíveis	19	39.915.704
Reservários de período	20	2.177.764
Total do capital próprio	21	25.558.865
Património líquido		
Compreendendo		
Compreendendo ativos	22	1.634.120
Outros patrimónios financeiros	23	9.032.048
Património por investimento	24	221.381
Outros patrimónios líquidos correntes	25	874.142
Equivalente contábil		
Equivalente	26	196.857
Equivalente	27	8.417.486
Compreendendo ativos	28	1.000.000
Outros patrimónios financeiros	29	614.930
Equivalente contábil	30	107.444
Outras variações	31	3.239.719
Outras variações	32	3.087.211
		16.167.325
Total dos patrimónios		16.167.325
Total do capital próprio e dos reservários		25.558.865
Total das reservas		25.558.865
Total do capital próprio e das reservas		25.558.865

Nyusi, antigo funcionário ferroviário, destacou o lucro de 3 biliões de Metical obtidos pelos Caminhos de Ferro de Moçambique no exercício de 2017 que resultou em dividendos para o Estado de 1,2 bilião de

Meticais.

Entretanto o @Verdade teve acesso às Demonstrações Financeiras de 2018 que revelam que embora as vendas e serviços prestados tenham aumentado de 11,98 biliões para 12,07 biliões de Metical os resultados operacionais caíram 60 por cento, de 3,96 biliões para 1,59 biliões de Metical.

Dos bens e serviços vendidos pelos CFM a principal receita, 9,8 biliões de Metical, é proveniente do Transporte e manuseamento de mercadorias pelas concessionárias dos Portos de Maputo, Beira e Nacala.

Adicionalmente a Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique Empresa Pública facturou 1 bilião de Metical em rendas fixas mais 2,9 biliões de

Meticais em rendas variáveis.

Ainda assim o @Verdade apurou que os resultados financeiros, que em 2017 haviam sido de 1,63 bilião, baixaram para 1,08 bilião de Metical. Os lucros do ano passado caíram para 2,18 biliões de Metical, comparativamente aos 3,01 biliões do ano anterior.

CFM geraram menos 70,3 por cento em dividendos para o Estado

O Conselho de Administração dos CFM indica no documento a que o @Verdade que os resultados de 2018 diminuíram, comparativamente a 2017, "influenciados pelo investimento na dragagem do Porto da Beira".

Tabela 9 - Receitas de Dividendos (Em Milhões de Metical)				
Proveniência	Ano 2017	Ano 2018	Peso	Varição 2017/18
Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM)	1.218.1	3622	8.9%	-70,3%
Total 1/	10.113,0	4.060,9	100,0%	-59,8%
Receita Total	213.222,9	213.032		-0,1%
Contribuição dos Dividendos em % da Receita Total	4,7	19		



No entanto o @Verdade descortinou que os ganhos obtidos pelos Caminhos de Ferro de Moçambique em 2017 foram positivamente influenciados devido a desvalorização do Metical, que chegou aos 70 por cada dólar norte-americano.

Aliás as Demonstrações Financeiras de 2018 confirmam essa constatação pois reportam diferenças cambiais favoráveis de 1,03 bilião de Metical que são apenas metade dos 2,05 biliões de rendimentos cambiais contabilizados em 2017.

Já a dragagem do Porto da Beira foi quantificada, no documento a que o @Verdade teve acesso, em 220,6 milhões de Metical.

Com lucro menor os CFM geraram menos 70,3 por cento em dividendos para o Estado, seu único accionista, os 1,2 bilião pagos em 2017 caíram para somente 362,2 milhões de Metical em 2018.

ICM e Gapi reforçam comercialização agrícola

O Fundo Rotativo de Comercialização Agrícola (FRCA), aprovado pelo Conselho de Ministros em 26 de Fevereiro e cuja gestão foi confiada ao Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), duplicou esta semana a sua capitalização para um montante na ordem dos 90 milhões de meticais. Para implementar este instrumento, o ICM e a Gapi têm um acordo de operacionalização de uma linha de crédito especial para o comércio agrícola de pequena escala (LCCA), a qual, em apenas seis meses, já financiou perto de 50 milhões de meticais, que permitiu a compra de cerca de 13.500 toneladas de produção diversa de mais de 23.000 famílias, sendo o milho responsável por 62% desse total.

Para que mais agricultores possam tirar maior proveito das diversas culturas agrícolas que produzem para o mercado, o ICM e a Gapi assinaram, recentemente, uma adenda ao acordo reforçando os seus contributos financeiros com mais 40 milhões de meticais.

Além da comercialização, a parceria ICM-Gapi pretende também investir no agro-processamento e em programas de assistência técnica com vista à capacitação de operadores nas zonas rurais e melhorar o seu acesso a tecnologias mais adequadas, bem como aos serviços financeiros prestados pela banca comercial.

Mohamed Valá, director Geral do ICM e presidente do Comité Directivo da LCCA, disse, no acto da assinatura da adenda, que "em nome do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) voltamos a reiterar este compromisso, com todas as suas determinantes, nomeadamente (i) a de cooperação, parceria e entendimento mútuo, em prol do desenvolvimento das nossas populações, sobretudo aquela que vive no mundo rural; (ii) a da verba creditícia para que os nossos produtores e outros actores,



assumam que este compromisso é irreversível; e (iii) que os governos locais, possam assumir esta iniciativa, embora não seja algo que movimento muito dinheiro, é um exemplo que estamos a trazer, e apelamos a todas as outras instituições, para que se sintam confortadas a aderirem".

Valá assumiu o compromisso de, entanto que ICM e MIC continuarem a trabalhar e a mobilizar recursos, porque - acredita - "este caminho, pode-nos levar a patamares mais altos de desenvolvimento rural, porque induz a inclusão financeira, empoderando

as mulheres, os jovens e todo o ambiente local".

"Acreditamos que no próximo ciclo de governação, vamos reduzir abruptamente a pobreza, porque vamos trazer encaixe financeiro aos produtores, que têm na falta de mercado para a sua produção, o principal desafio. Temos que fazer com que o produtor seja capaz de produzir excedentes e passe a ganhar dinheiro com a sua actividade", acrescentou.

Este reforço da cooperação entre uma instituição pública e uma pública-privada resulta do su-

cesso que vem sendo alcançado por esta linha que já está a criar impacto, em algumas regiões do país. De facto, seis meses após o seu lançamento, comerciantes rurais das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete, Zambézia, Manica e Inhambane já beneficiaram de financiamentos para a comercialização de produtos diversos, dentre os quais se destacam milho, feijões, soja, gergelim e amendoim.

Em nome dos accionistas da Gapi, António Souto, da Unidade de Gestão Estratégica, disse que este acto responde a um dos mandatos da instituição, designadamente buscar e conceber soluções através de uma rede de cooperação institucional.

"Hoje demonstramos que a solução dos problemas de desenvolvimento que Moçambique enfrenta deve ser promovida através de medidas concretas e por via da cooperação entre instituições que já existem", disse, reforçando que "o acto concreto do reforço da LCCA, demonstra a validade do princípio da cooperação institucional e em nome dos accionistas da Gapi agradeço a iniciativa e o empenho da Di-

recção do ICM, representando o governo de Moçambique, ao acreditar em instituições nacionais para implementar este serviço, que não é meramente financeiro, mas também de assistência e promoção de empresários, alguns dos quais estão em regiões remotas deste país".

Finalizando, Adolfo Muholove, presidente da Comissão Executiva da Gapi-SI, revelou que estão em curso outras parcerias e frisou: "Esta casa está aberta a outras instituições, para que passemos a mensagem aos decisores nacionais e parceiros da cooperação sobre a necessidade e valor da parceria entre instituições nacionais para podermos fazer face aos desafios que Moçambique enfrenta".

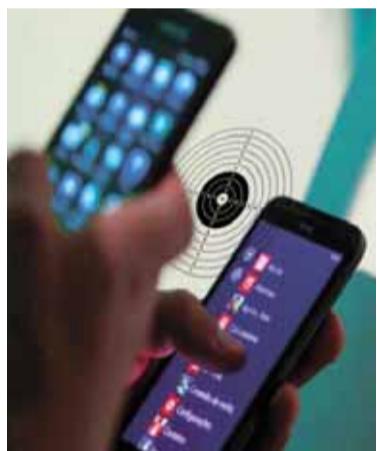
Presenciam a cerimónia, além de técnicos das duas instituições, o director Geral do FARE (Fundo de Apoio à Reabilitação Económica), Augusto Isabel, com quem a Gapi tem cooperação que visa levar soluções de financiamento a segmentos de baixa renda e apoio a instituições micro-financeiras, num esforço de tornar a bancarização rural e a consequente inclusão financeira uma realidade.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Devassa da vida privada das pessoas passa a dar prisão em Moçambique

Gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, imagem, fotografia, vídeo, áudio, facturação detalhada, mensagens de correio electrónico, de rede social ou de outra plataforma de transmissão de dados sem o consentimento e com intenção de devassar a vida privada das pessoas pode resultar em pena de prisão em Moçambique ao abrigo da revisão do Código Penal.

Texto: Adérito Caldeira



"É punido com pena de prisão até 1 ano e multa correspondente, quem, sem consentimento e com intenção de devassar a vida privada das pessoas, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual: interceptar, gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, imagem, fotografia, vídeo, áudio, facturação detalhada, mensagens de correio electrónico" estabelece o Código Penal revisto por consenso pelos deputados da Assembleia da República.

Pena idêntica é aplicada a quem "captar, fotografar, filmar, manipular, registar ou divulgar imagens das pessoas ou de objectos ou espaços íntimos", assim como quem "observar ou escutar às ocultas pessoas que se encontram em lugar privado", e também aqueles que divulgam "factos relativos à vida privada ou a doença grave de outra pessoa".

No entanto o legislador salvaguardou que a divulgação de factos relativos à vida privada ou a doença grave de outra pessoa "não é punível quando for praticado como meio adequado para realizar um interesse público legítimo e relevante."

Biliões que Governo clama haver poupado com "funcionários fantasmas" não se reflectem na massa salarial da Função Pública em Moçambique



O Governo de Filipe Nyusi clama haver desactivado 41 mil "funcionários fantasmas" e ter poupado cerca de 3 biliões de Meticais em salários que não pagou desde 2015. Contudo a verdade é que esse montante não parece ter diminuído na massa salarial da Função Pública que em 2014 foi de 55,3 biliões de Meticais e este ano vai ultrapassar os 100 biliões de Meticais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

continua Pag. 06 →

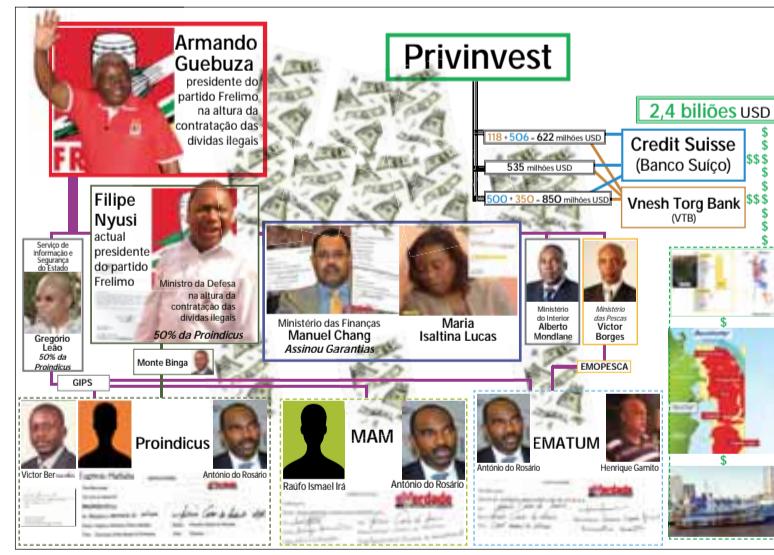
PGR quer convencer aos moçambicanos que Ndambi foi o maior beneficiário das dívidas ilegais ...e os 500 milhões de dólares do Ministério da Defesa

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enfim deduziu a acusação definitiva do processo dos empréstimos contraídos pelas empresas Proindicus, EMATUM e MAM com Garantias Soberanas ilegais, contudo nenhum dos 20 arguidos é acusado de ter violado a Constituição da República de Moçambique. A instituição dirigida por Beatriz Buchili pretende fazer crer aos moçambicanos que o maior beneficiário das dívidas ilegais foi Ndambi Guebuza, deixando de lado muito mais dinheiro que desapareceu como os 500 milhões de dólares alocados ao Ministério da Defesa dirigido por Filipe Nyusi.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Quase 3 anos após iniciar as suas investigações a PGR enfim submeteu, na passada quinta-feira (08), a acusação definitiva do processo 1/PGR/2015 relativos aos empréstimos de 2,1 biliões de dólares norte-americanos contraídos aos bancos Credit Suisse e VTB com recurso a Garantias Soberanas emitidas sem a imperativa aprovação da Assembleia da República.

Os arguidos são Armando Ndambi Guebuza, António Carlos do Rosário, Teófilo Nhamuemele, Bruno Tandane, Cipriano Mutota, Gregório Leão, Ângela Buque Leão, Fabião Mabunda, Simione Mahumane, Mbanda Henning, Khessaujee Pulchand, Naimo Quimbine, Sérgio Nambarete, Márcia Caifaz Nambure-



te, Maria Inês Moiane, Elias Moiane, Manuel Renato Matusse, Zulficar Ahmad, Sidónio Sito e

Crimilda Manjate e pesam sobre eles as acusações de associação para delin-

continua Pag. 06 →

A verdade em cada palavra.



continuação Pag. 05 - Biliões que Governo clama haver pouparado com "funcionários fantasmas" não se reflectem na massa salarial da Função Pública em Moçambique

"A prova de vida com recurso a dados biométricos permitiu apurar 336.117 funcionários e agentes do Estado activos" declarou a ministra da Administração Estatal e Função Pública discursando, semana passada, no encerramento do V Conselho Coordenador da instituição.

De acordo com a Carmelita Namashulua graças a esse processo o Governo identificou 41 mil "funcionários fantasmas" cuja descoberta permitiu ao Estado poupar, desde 2015, cerca de 3 biliões de Meticalis. "São valores que caíam em mãos alheias e estamos a tentar fechar as torneiras dos desvios", disse ainda a ministra.

Quando o Governo em fim de mandato entrou em funções encontrou 297.451 funcionários e agentes do Estado que custaram em salários e remunerações 55,28 biliões de Meticalis durante o ano de 2014.

Tabela 10 - Despesas de Funcionamento, Segundo a Classificação Económica, em Correspondência com a Unidade Orçamental									
Classificação Económica	Activo Circulante	Activo Fixo	Activo Intangível	Activo Interveniente	Activo Interveniente	Total	Despesas Cabimentadas	Despesas Paga	Despesas Liquidadas
Salários e Remunerações	100.218.3	28.404.7	29.441.6	28.401.6	40.0	168.464.6	168.464.6	168.464.6	168.464.6
Total	198.362.8	47.109.3	48.945.8	47.871.7	4.074.1	248.387.8	248.387.8	248.387.8	248.387.8
Fonte: MEF									

No primeiro ano do mandato de Filipe Nyusi a massa salarial cresceu para 60,67 biliões de

Meticais, cerca de 10,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) desse ano, justificado, na Conta Geral do Estado analisada pelo @Verdade, "pela admissão de novos funcionários e agentes do Estado, bem como pelo incremento salarial ocorrido em Abril de 2015."

Embora tenha crescido em termos nominais a massa salarial reduziu 0,2 por cento do PIB, comparativamente a 2014, em cumprimento de uma antiga recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) de baixa-la dos dois dígitos, como é recomendável a países de baixo rendimento e em desenvolvimento.

Com o agudizar da crise económica e financeira o Executivo suspendeu, em 2016, as contratações de novos funcionários e todos actos administrativos de progressões ou mudança de carreiras na Função Pública, ainda assim a massa salarial continuou a crescer e ultrapassou os 82 biliões de Meticalis em 2017.

Mesmo sem "funcionários fantasmas" massa salarial duplicou de 55 biliões em 2014 para 104 biliões de Meticalis em 2019

Sem Programa do FMI, desde 2016, a massa salarial disparou com o aproximar do ciclo eleitoral, onde é preciso garantir mais uma vitória do partido Frelimo, tendo em 2018 o pagamento de Salários e Remunerações aos funcionários e agentes do Estado absorvido 92,86 biliões de Meticalis, "correspondente a cerca de 10,8 do Produto Interno Bruto", de acordo com Conta Geral do Estado analisada pelo @Verdade.

todos os dias
FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com



Há mais de 1 ano que o @Verdade tem questionado ao Ministério da Economia e Finanças onde estão reflectidos os biliões que eram pagos aos "funcionários fantasmas", contudo o Governo não tem conseguido esclarecer.

A verdade é que mesmo com esses funcionários que a ministra da Administração Estatal e Função Pública clama terem sido desactivados a massa salarial quase duplicou em 2019, comparativamente a 2014, altura em que existiam os alegados 41 mil "fantasmas". Na Lei do Orçamento de Estado deste ano foram inscritos 104,62 biliões de Meticalis para serem gastos com os salários e remunerações dos funcionários e agentes do Estado.

Tabela 14 - Despesas de Funcionamento Cabimentada, Liquidada e Paga, Segundo a Classificação Económica (Em Milhões de Meticalis)							
Classificação Económica	Despesas Cabimentadas (DCIA)	Despesas Liquidadas (DL)	Despesas Paga (DPG)	Admitimentos por Liquidar	% DCIA	% DPG	% DL/DPG
Salários e Remunerações	100.218.3	28.404.7	29.441.6	28.401.6	40.0	28.4	99.9
Total	198.362.8	47.109.3	48.945.8	47.871.7	4.074.1	248.387.8	248.387.8
Fonte: MEF							

Desporto

Moçambique vence Cabo Verde e salta para os "quartos" do Afrobasket feminino

A selecção sénior feminina de Moçambique venceu nesta terça-feira (13) Cabo Verde e, como 1ª classificada do Grupo D, saltou os oitavos-de-final garantindo presença nos quartos-de-final do Campeonato Africano que decorre no Senegal.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: FIBA



Leia Dongue abriu o placar de lance livre na arena de Dakar mas as cabo-verdianas pressionaram e o 0-1 durou quase 5 minutos do 1º período, até Anabela Cossa disparar uma "bomba". As "Samurais" aceleraram e venceram 3-10 pontos.

Odélia Mafanelha abriu as hostilidades no 2º período mas Cabo Verde deu réplica e foi reduzindo a vantagem até fazer 19-20 com pouco mais de 2 minutos para jogar. Delma Zita disparou uma "bomba" e Moçambique voltou a distanciar-se saindo para o intervalo a vencer 21-27 pontos.

Anabela Cossa deu tom para as companheiras dilatarem o placar, as cabo-verdianas tentaram contrariar mas as "Samurais" venceram o 3º período com 20 pontos de vantagem.

Cabo Verde que também venceu o Quénia, tal como a nossa selecção, entrou para o 4º período para tentar o apuramento directo aos "quartos", Analeesia Fernandes abriu o placar com uma "bomba" mas as moçambicanas bem mais experientes geriram a confortável vantagem até a

vitória por 51-60 pontos.

Apuradas para os quartos-de-final as "Samurais" só voltam para a quadra na quinta-feira (15) e podem cruzar com as eternas rivais de Angola no caminho para a conquista do inédito título africano.

continuação Pag. 05 - PGR quer convencer aos moçambicanos que Ndambi foi o maior beneficiário das dívidas ilegais...e os 500 milhões de dólares do Ministério da Defesa

uir, chantagem, corrupção passiva, peculato, abuso de cargo ou função, violação de regras de gestão, falsificação de documentos, uso de documentos falsos, posse de armas proibidas e branqueamento de capitais.

Importa recordar que salvo Gregório Leão, António Carlos do Rosário e Manuel Renato Matusse nenhum dos restantes arguidos ocupava cargos no Governo.

Relativamente a violação da Constituição da República e dos limites das leis orçamentais de 2013 e 2014, os principais crimes que empurraram os moçambicanos para uma crise económica e financeira sem precedentes que desde 2016 a PGR não acusa ninguém, nem mesmo após o Conselho Constitucional confirmar que o empréstimo contratado pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) foi inconstitucional.

A julgar pela acusação definitiva da PGR, Armando Ndambi Guebuza foi o principal beneficiário das dívidas ilegais e quiçá o seu mentor e arquitecto mesmo tendo o seu pai e Presidente da República durante a contratação dos empréstimos, Armando Emílio Guebuza, assumido que as dívidas foram contraídas como "medidas de natureza estratégico-militar".

Através do diário estatal Beatriz Buchili está a tentar mostrar como Armando Ndambi Guebuza, e os restantes arguidos, terá alegadamente usufruído das dívidas ilegais.

Curiosamente a Procuradoria-Geral da República pretende que os 20 arguidos indemnizem o Estado em 2,9 biliões de dólares norte-americanos quando na sua acusação deixa claro que todos eles terão recebido aproximadamente 66 milhões de dólares.

Mesmo que a PGR consiga a condenação dos 20 arguidos é muito improvável que consiga obter a indemnização que pede, mas admitindo que a conseguisse os 2,9 biliões de dólares seriam ainda assim insuficientes para o Estado pagar aos credores da Proindicus, EMATUM e MAM.

Por outro lado, além de ignorar a violação da mais importante lei de Moçambique, a PGR está a deixar de lado importantes constatações da Auditoria que a Kroll realizou às três empresas como são as sobrefacturações de quase 1 bilião de dólares e ainda os 500 milhões de dólares que foram inscritos como tendo entrado no Ministério da Defesa Nacional na altura em que Filipe Nyusi era o titular.

Governo triplica ajudas de custos em Moçambique

O Governo decidiu triplicar o valor de ajudas de custo que paga aos seus funcionários nas deslocações dentro de Moçambique.

Texto: Redacção

Fixado em 2 mil Meticais, ainda antes da crise económica e financeira que o nosso país vive desde 2016, o valor de ajudas de custo que os seus funcionários e agentes do Estado vão receber nas deslocações dentro de Moçambique foi revisto para 6 mil Meticais.

Tabela de Ajudas de Custo no País para os Funcionários e Agentes do Estado		
Grupo Salarial	Grupo de Funções	Quantitativo de Ajudas de Custo (em MT)
12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25 e 28	4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 41, 51, 75, 76, 79, 82, 86 e 87	6.000,00
10, 11, 32, 41, 51, 75, 76, 79, 82, 86 e 87	9, 9, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 11, 11, 11, 12, 12, 13, 14, 14, 15, 15	6.000,00
7, 8, 9, 21, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 77, 81, 83, 84, 88, 93 e 94	10, 10, 11, 11, 11, 12, 12, 13, 14, 14, 15, 15	6.000,00
1, 2, 3, 4, 5, 6, 20, 92, 97, 98 e 99	13, 1, 14, 14, 1, 15	6.000,00

Egipto no caminho das "Samurais" para as meias-finais do Afrobasket feminino

O Egipto é a próxima selecção no caminho das "Samurais" para o almejado, e inédito, título africano de basquetebol sénior feminino, o jogo que conta para os quartos-de-final será disputada na tarde desta quinta-feira (15) na arena de Dakar.

Texto: Redacção • Foto: FIBA



Depois da invicta passagem pelo Grupo D da 1ª fase do Afrobasket que está a decorrer no Senegal a selecção de Moçambique saltou para os "oitavos" e serenamente aguarda pelas egípcias que embora tenha perdido as duas partidas que disputaram no Grupo A eliminaram os Camarões nesta quarta-feira (14).

Vencendo o Egipto as "Samurais" vão ter pela frente o vencedor do jogo entre o Senegal e Angola na meia-final agendada para a noite de sexta-feira (16).

Nas duas partidas que realizaram, vencendo o Quénia e Cabo Verde, entre as pupilas do espanhol Julian Martinez destacam-se Tamara Seda, com uma eficiência de 16 e 12 ressaltos, e Anabela Cossa é a melhor marcadora da nossa selecção, com 18 pontos, 12 deles em triplos.

Operadores de telefonia móvel e provedores de internet tem novas regras para cumprir em Moçambique



Os operadores de telefonia móvel celular e provedores de internet em Moçambique são agora obrigados a respeitar a privacidade dos seus clientes, submeter os preços dos seus serviços à homologação da Autoridade Reguladora das Comunicações, responder às reclamações dos clientes no máximo de 15 dias e, dentre outras regras, só podem enviar mensagens publicitárias entre as 6 e 21 horas.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →

Banco de Moçambique volta a reduzir algumas taxas de referência mas mantém postura conservadora da política monetária

O Banco de Moçambique voltou a reduzir a taxa MIMO, de 13,25 para 12,75 por cento, baixou a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos, de 10,25 para 9,75 por cento, e a taxa da Facilidade Permanente de Cedência, de 16,25 para 15,75%. Contudo o Comité de Política Monetária (CPMO) do BM indicou que "persistem incertezas que justificam a postura conservadora da política monetária".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco Moçambique

É a segunda redução de algumas das taxas de referência do banco central este ano, em Junho, animado pela Decisão Final de Investimento do Projecto de Gás Natural Liquefeito Golfinho/Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma, o banco central fez o primeiro relaxamento da sua política monetária desde Dezembro de 2018.

Desta vez foi ao Acordo de Paz e Reconciliação, assinado no passado dia 6 pelo Governo e o partido Renamo, que animou o BM que no entanto manteve "os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 14 por cento e 36 por cento, respectivamente".

"A decisão de reduzir a taxa MIMO é justificada pela melhoria contínua das perspectivas de inflação para o médio prazo, que consoli-



dam a estabilidade deste indicador em níveis de um dígito. A nossa avaliação dos riscos associados a essa previsão tornou-se mais favorável com o recente Acordo de Paz e consequente início do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração", indica um comunicado do BM recebido pelo @Verdade nesta quarta-feira (14).

A instituição dirigida por Rogério Zandamela manteve a expectativa de desaceleração da economia em 2019 e indicou que "as reservas internacionais con-

continua Pag. 08 →



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - Operadores de telefonia móvel e provedores de internet tem novas regras para cumprir em Moçambique

A recém nascida Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM) aparenta pretender diferenciar-se do omissivo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique, conhecido do povo apenas pelo bloqueio dos cartões de telemóveis, protegendo activamente os consumidores dos serviços de telecomunicações.

Através de um Regulamento de Protecção do Consumidor dos Serviços de Telecomunicações, aprovado recentemente, a ARECOM impôs aos operadores a necessidade de submeterem os preços dos seus serviços e produtos à homologação antes de os colocarem ao público.

"A forma encontrada para a protecção do consumidor com relação aos preços praticados pelas operadoras de telecomunicações é de obrigar que os operadores apresentem os preços a praticar, para que a Autoridade Reguladora os homologue em função de critérios objectivos e na perspectiva que os preços a praticar para a prestação do serviço de telecomunicações deve estar orientado para os custos", explicou ao @Verdade a ARECOM.

De acordo com a Autoridade Reguladora das Comunicações "para se encontrar o preço/tarifa orientado para os custos deve-se recorrer a metodologia de custeio designada de Custos prospectivos incrementais de longo prazo, que nos permitirá encontrar o cálculo de todos os elementos de rede indispensáveis para realizar a comunicação. Assim conseguido vamos para a fórmula de cálculo do preço/tarifa que deve ser igual ao custo de investimento mais a taxa de retorno".

"É nesta base que se obtém a tarifa/preço da prestação do serviço de telecomunicações que deve ser antes de ser colocada no mercado ser homologada pela Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique, que os coloca no seu site/página da internet, bem assim como os operadores, para conhecimento público", esclareceu ao @Verdade em entrevista por correio electrónico.

ANUNCIE AQUI

todos os dias
Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com



→ continuação Pag. 07 - Banco de Moçambique volta a reduzir algumas taxas de referência mas mantém postura conservadora da política monetária

tinham em níveis confortáveis, capazes de assegurar cerca de seis meses de importações".

"Contudo, persistem incertezas que justificam a postura conservadora da política monetária" afirmou o CPMO que alertou: "mantém-se como principais fontes de risco os focos de instabilidade militar em Cabo Delgado, a sustentabilidade da dívida pública em face da necessidade de financiamento tanto do défice das eleições de 2019 como da reconstrução das infra-estruturas pós-desastres naturais e as incertezas em relação ao processo eleitoral.

O Banco de Moçambique referiu no comunicado que a Dívida Pública Interna continua a aumentar, paralelamente a Dívida Externa mantém-se insustentável e os Parceiros de Cooperação teimam em desembolsar os fundos prometidos para a reconstrução da Cidade da Beira e restantes regiões massacradas pelos ciclones Idai e Kenneth.

Para o Comité de Política Monetária "a nível externo, subsistem riscos de desaceleração do crescimento mundial, a reflectir a intensificação da tensão comercial e geopolítica entre as principais economias, com impacto negativo nos fluxos de comércio externo, bem como na volatilidade dos preços internacionais das principais mercadorias".

Recorde-se que os cortes das taxas de referência em Junho só resultaram na queda do Indexante Único definido pelo BM para a composição da Prime Rate do Sistema Financeiro, o Preço de Custo e as margens de risco dos bancos comerciais mantiveram inalteradas.

FACTOS

todos os dias



A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Infracções ao Regulamento de Protecção do Consumidor são punidas com multas entre 50 mil e 1 milhão de Meticais

O novo Regulamento, em vigor desde finais de Julho, preconiza ainda, no número 2 do seu Artigo 11, que: "O consumidor tem direito a serviços especiais que o permitam fazer chamadas de emergência, mesmo depois da terminação ou interrupção do serviço". Além disso impõe: "O consumidor deve ser informado por escrito em mensagem, correio electrónico, carta ou outras formas de comunicação eficazes, previamente à interrupção ou terminação do serviço, em qualquer que seja a situação."

ARTIGO 11

(Direito à protecção contra abuso de mercado)

1. O consumidor tem o direito de ser protegido contra abusos de mercado quanto ao seguinte:

- a) Preços praticados pelos operadores de telecomunicações e não homologados pela Autoridade Reguladora;
- b) Preços discriminatórios;
- c) Práticas de comércio injustas incluindo publicidade falsa e enganosa;
- d) Qualquer outra forma de comportamento anti-competitivo.

2. O consumidor tem direito a serviços especiais que o permitam fazer chamadas de emergência, mesmo depois da terminação ou interrupção do serviço.

3. O consumidor deve ser informado por escrito em mensagem, correio electrónico, carta ou outras formas de comunicação eficazes, previamente à interrupção ou terminação do serviço, em qualquer que seja a situação.

O Regulamento de Protecção do Consumidor determina que: "O operador de telecomunicações deve responder às reclamações no prazo de 15 dias úteis a contar da data da reclamação."

Com a nova legislação a ARECOM enfatiza o direito à privacidade dos consumidores e ainda a protecção contra o uso não autorizado da sua informação pessoal em todo o tipo de comunicações, "no material ou informação de marketing não solicitado ou enviado em nome de terceiros", e ainda impede o fornecimento do "número ou dados pes-



COBERTURA FLORESTAL NA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Por: Mélida Helena Chandamela

1. INTRODUÇÃO

"O sector de florestas da província da Zambézia tem estado fora de controlo desde meados dos anos 90".¹ Alguns dos fenómenos responsáveis pelo decréscimo da área florestal, a nível da província da Zambézia, são a agricultura itinerante e a exploração madeireira desregulada.

O objectivo principal deste Destaque é o de analisar os principais actores do desmatamento observado na Zambézia. No percurso do documento, poderão encontrar dados estatísticos da cobertura florestal e agrícola na província, os problemas observados no sector e o resultado das medidas tomadas pelo Governo.

2. EXPLORAÇÃO FLORESTAL NA PROVÍNCIA DE ZAMBÉZIA

O gráfico a seguir mostra a redução gradual da cobertura florestal e o crescimento da área agricultada na província de Zambézia.

soais do consumidor a terceiros sem a sua autorização".

ARTIGO 28

(Mensagens informativas e publicitárias)

1. O operador de telecomunicações pode, a qualquer hora, enviar mensagens de texto de utilidade e interesse público de carácter urgente quando solicitada pelo órgão competente do Estado.

2. O operador de telecomunicações só pode enviar mensagens julgadas de interesse do consumidor entre as 6 e 21 horas, a excepção de força maior.

3. O operador de telecomunicações deve enviar mensagens de texto ao consumidor, informando-o da mudança significativa das suas condições contratuais, regime de utilização e serviço.

4. O operador de telecomunicações não pode enviar mensagens de texto de cunho publicitário, de terceiros, sem o consentimento prévio, livre e expresso do consumidor.

Relativamente ao marketing e publicidade a Autoridade Reguladora das Comunicações foi mais longe impondo, no número 2 do Artigo 28, que: "O operador de telecomunicações só pode enviar mensagens julgadas de interesse do consumidor entre as 6 e 21 horas, a excepção de força maior", ademais, no número 4 do referido Artigo, determina: "O operador de telecomunicações não pode enviar mensagens de texto de cunho publicitário, de terceiros, sem o consentimento prévio, livre e expresso do consumidor."

A infracção ao Regulamento de Protecção do Consumidor é punida com multas que variam entre os 50 mil Meticais, "por cada reclamação não respondida dentro do prazo de 15 dias úteis", e pode ascender a 1 milhão de Meticais, se o operador "não configurar a funcionalidade net control", que serve para impedir o consumo do crédito principal em caso de término do crédito de dados.

ARTIGO 30

(Net control)

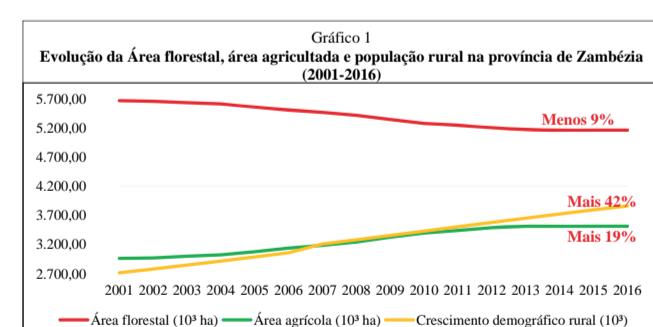
1. O operador de telecomunicações deve configurar a funcionalidade *net control*, quando aplicável, para impedir o consumo do crédito principal em caso de término do crédito de dados.

2. O operador de telecomunicações deve informar ao consumidor imediatamente o fim do saldo de dados por pré-aviso de mensagens, deixando a possibilidade do consumidor optar por usar o crédito remanescente.

3. O operador de telecomunicações deve dispor de uma aplicação que permita ao consumidor aferir o nível de serviço contratado, para servir de meio de prova em caso de disputa.

4. Exceptuam-se do estabelecido no número anterior situações em que o consumidor manifeste de forma expresa que não deseja aderir ou configurar a funcionalidade *net control*.

Cidadania



Observa-se uma quase simetria entre as curvas das áreas florestal e agricultada, o que significa uma forte relação directa entre as duas variáveis. No período entre 2001 e 2016, a província perdeu cerca de 9% das suas florestas, correspondentes a 506.170 ha, enquanto no sector agrícola observou-se um acréscimo de área agricultada de 19% (550,790 ha). Isto pode significar que o aumento das áreas agricultadas justifica, em grande medida, a per-

continua Pag. 13 →

Mais uma semana de sangue nas estradas de Moçambique

Na semana passada pelo menos 22 pessoas morreram em acidentes de viação registados em Moçambique, 37 cidadãos contraíram ferimentos graves e ligeiros.

Texto: Redacção

Os óbitos aconteceram em 27 sinistros, 12 atropelamentos e setes desníveis seguidos de capotamentos, registados pela Polícia da República de Moçambique (PRM) entre os dias 3 e 9 de Agosto.

A velocidade excessiva, a condução sob efeito de álcool e a má travessia de peões continuam a ser as principais razões dos acidentes de viação que se tornaram, este ano, na principal causa de mortalidade em Moçambique.

Por diversas infracções ao código de estrada a PRM indica, em comunicado de imprensa, ter apreendido 640 viaturas, 188 cartas de condução e 80 livretes. Dez automobilistas foram detidos por condução ilegal e 13 por tentativa de corromperem os agentes da PRM.

Quinquagenário acusado de violar sexualmente enteada em Sofala

Um cidadão na casa dos cinquenta anos de idade está detido no Comando da polícia no Distrito do Dondo, na Província de Sofala, acusado de violar sexualmente, e de forma recorrente, a sua enteada de 13 anos de idade.

Texto: Redacção

"Me acompanhava para a escola, falava que eu é que te criei e quero andar também com você. Eu falava papá eu sou criança, não tenho idade para isso, dizia se você negar eu vou te matar. Me levava para o capim e fazia o que fazia depois falava vamos. Em casa era só mamã sair e ele ficava a agredir-me de novo em casa", relatou a jornalistas a menina seviada.

O crime, que aparentemente era também do conhecimento da mãe da menor, foi denunciado as autoridades policiais pelo professor da adolescente que notando sucessivas ausências dirigiu-se à residência para saber os motivos tendo descoberto o crime que, ao que foi possível apurar, aconteceu mais do que uma vez. O quinquagenário nega os crimes de que é acusado.

Comandante-Geral da PRM implora a Nyusi "um distrito um comando da polícia, um distrito uma residência do comandante distrital"



O Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) implorou nesta quinta-feira (15) ao Presidente Filipe Nyusi "um dia o Governo (deve) pensar num distrito um comando da polícia, um distrito uma residência do comandante distrital". Bernardino Rafael revelou que apenas 19 por cento das 351 infra-estruturas usadas pela corporação são efectivamente da PRM. Em jeito de resposta, o representante do Governo, admitiu que apenas 17 infra-estruturas policiais foram construídas desde 2015 no entanto indicou como prioridade a afixação do Juramento do polícia em todas as unidades policiais, o ministro Jaime Basílio Monteiro destacou como grande realização a mudança do uniforme cinzento para azul, "trouxe uma imagem de imponência, contribuindo para o garbo e aprumo dos agentes".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Ministro da Economia e Finanças de Moçambique faz balanço positivo do quinquénio marcado pelas dívidas ilegais

"Tramado" pelas dívidas ilegais que empurraram o Moçambique para uma crise económica e financeira sem precedentes Adriano Maleiane fez um balanço positivo do quinquénio em que dirigiu a Economia e as Finanças de Moçambique: "O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento médio anual em torno de 4,4 por cento" disse nesta quinta-feira (15) não indicando que a meta do Plano Quinquenal do Governo era atingir 7 a 8 por cento de PIB, tal como no último mandato de Armando Guebuza.

Discursando na abertura do II Conselho Coordenado do ministério que dirige, Maleiane não admitiu que o "ambiente deveras difícil" vivido no quinquénio que está a findar deveu-se as dívidas ilegais assinadas pelo seu antecessor que empurraram o país para a crise económica e financeira em 2016. "Ao nível externo, a conjuntura macroeconómica global foi caracterizada pelo abrandamento do crescimento económico, afectando, por isso, o fluxo de fundos quer ao nível da ajuda oficial ao desenvolvimento, quer ao nível do



Texto: Adérito Caldeira

Investimento Directo Estrangeiro".

"No quadro da implementação do Programa Quinquenal do Governo, mesmo no contexto difícil, logramos como desempenho global, no período 2015 – 2018 o seguinte: O Produto Interno Bruto registou um crescimento médio anual em torno de 4,4 por cento, reflectindo uma crescente diversificação de economia", declarou Adriano Maleiane não indicando que a meta era manter a taxa média de crescimento do PIB de 7 por

continua Pag. 10 →



→ continuação Pag. 09 - Comandante-Geral da PRM implora a Nyusi "um distrito um comando da polícia, um distrito uma residência do comandante distrital"

As mais altas patentes da PRM estão reunidas na Cidade de Maputo no discurso que marcou a abertura solene do XIX Conselho da corporação o Comandante-Geral, após fazer um balanço da dos crimes esclarecidos no 1º semestre e voltado a manifestar preocupação com o facto dos acidentes de viação terem-se tornado na principal causa de mortes em Moçambique, elencou os desafios imediatos.



"Somos desafiados para podermos garantir as eleições de 15 de Outubro de 2019, para que mesmo no processo de campanha eleitoral que vai começar as 00 horas do dia 31 de Agosto para 1 de Setembro ninguém perturbe a segurança pública, e se alguém se atreve encontrará resposta de acordo com a gravidade da sua infracção. Fomos desafiados para o transporte do material dos locais onde funcionam as sedes distritais de comissões do STAE para os postos de votação, que no regresso do material não haja perturbação e não haja o desaparecimento de nenhuma urna", declarou Bernardino Rafael.

Dianete dos responsáveis pelas várias unidades e sub-unidades da PRM Rafael pediu mais paciência aos seus agentes no que diz respeito a melhoria das condições salariais e de trabalho, "desafiamos-nos também a tentarmos, cada vez mais que o Governo nos coloca os recursos financeiros, a nos estruturar em

termos de promoções, progressões, carreira, é um processo iniciado e sempre apelamos aos colegas com paciência, esperem que o momento chegará. Custa iniciar, quando pingar alguma coisa em termos de recursos financeiros é para vós, irá chegar com paciência".

Prioridade do Governo é afixar o Juramento da polícia "em todas as unidades e sub-unidades da Policia

Aproveitando a presença do ministro do Interior o Comandante-Geral da Polícia desabafou: "é um facto não estamos bem em infra-estruturas, temos problemas. Nas poucas infra-estruturas que nós temos as que pertencem à polícia constituem 19 por cento, o resto

são as instalações que nós usamos dos Caminhos de Ferro, Electricidade de Moçambique, casas emprestadas".

Bernardino Rafael, recordando-se das iniciativas do Presidente Filipe Nyusi de colocar um banco em cada um dos 157 distritos do país, e mais recente-



mente um hospital, implorou: "um dia o Governo (deve) pensar, um distrito um comando da polícia, um distrito uma residência do comandante distrital. Porque todas as instituições podem mudar de nome, mas a polícia não vai mudar nunca, então queremos, no contacto com o Governo, para nos contemplar neste ambiciosos projectos para que nós também tenhamos infra-estruturas

que dignifiquem a nossa instituição".

O @Verdade descobriu que para cobrir os 799.380 quilómetros quadrados de área do nosso país existem apenas 351 infra-estruturas que albergam cerca de 30 mil agentes das diversas unidades e sub-unidades da PRM.

O Plano Quinquenal não estabeleceu metas específicas para infra-estruturas policiais porém o Ministro do Interior destacou, desde 2015, "a edificação de raiz e o apetrechamento de infra-estruturas e a reabilitação de 15 outras em todo o território nacional".

O @Verdade apurou que enquanto o Governo de Nyusi está a gastar cerca de 50 milhões de Meticais para construir uma única agência bancária num distrito a edificação de um Comando distrital da polícia custou cerca de um terço, entre 10 a 15 milhões de Meticais.

Jaime Basílio Monteiro assinalou como uma das grandes realizações do quinquénio a terminar "a introdução do novo uniforme, que trouxe uma imagem de imponência, contribuindo para o garbo e apreço dos agentes da polícia" e determinou que a prioridade é afixar o Juramento da polícia "em lugares de destaque em todas as unidades e sub-unidades da Policia da República de Moçambique".

→ continuação Pag. 09 -
Ministro da Economia e Finanças
de Moçambique faz balanço
positivo do quinquénio marcado
pelas dívidas ilegais

cento.

O ministro assinalou "A inflação média anual atingiu 10,6 por cento", a meta do Programa Quinquenal do Governo de Filipe Nyusi era ficar abaixo dos dois dígitos, a média do quinquénio anterior fora de 2,56 por cento.

O titular da Economia e Finanças indicou que o "volume das exportações de bens alcançou cerca de 15,3 biliões de dólares norte-americanos e as importações cerca de 22,1 biliões de dólares norte-americanos". O @Verdade apurou que entre 2010 e 2014 o volume das exportações de bens foi de 17,3 biliões de dólares enquanto as importações cifraram-se em 33,2 biliões de dólares norte-americanos.

O ministro Maleiane concluiu vangloriando-se da redução do défice orçamental "passou de 9,7 por cento do PIB, em 2016, para uma previsão de 8,9 por cento do PIB, em 2019, o que representa uma redução de 0,8 pontos percentuais". A verdade é que em termos nominais o défice orçamental aumentou, em 2015 foi de 55,7 biliões de Meticais em para este ano o Governo previu que o défice chegará aos 93 biliões de Meticais.

Camião despista-se e danifica rede de água em Beleluane

Um aparatoso acidente de viação danificou, recentemente, um troço de 15 metros da conduta de 400 milímetros da empresa Águas da Região de Maputo (Adem), afectando o abastecimento normal de água ao Parque Industrial de Beleluane, no distrito de Boane, e aos bairros circunvizinhos de Djuba e Jonasse, na vila autárquica de Boane, província de Maputo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Presume-se que o incidente tenha ocorrido quando o camião, que transportava areia, perdeu os freios, na zona baixa do Bairro Jonasse, próximo ao Instituto Armando Emílio Guebuza, deslizando em direcção ao local onde decorrem as obras da Adem, visando o incremento e fornecimento ininterrupto de água.

Com esta empreitada, a Adem espera beneficiar a 35 empresas que operam no Parque Industrial de Beleluane, passando dos actuais 500 para 1.500 metros cúbicos de água por dia, abrangendo igualmente as comunidades de Jonasse e Djuba, na Vila autárquica de Boane, na província de Maputo.

A propósito do incidente, Roberto Tchale, gestor do Departamento Técnico da Área Operacional da Matola da Adem, explicou que os dados preliminares indicam que os prejuízos materiais e financeiros são avultados, bem como prejuízos decorrentes do atraso da conclusão das referidas obras.

Entretanto, conforme garantiu, Roberto Tchale, o empreiteiro da obra reforçou a equipa técnica de forma a garantir maior celeridade dos trabalhos de reposição desta conduta vital para o pleno funcionamento das fábricas do Parque Industrial de Beleluane, bem como, para o consumo das famílias dos bairros circunvizinhos.

Importa realçar que o projecto de melhoria no abastecimento de água ao Parque Industrial de Beleluane, incluindo as comunidades circunvizinhas, reveste-se de capital importância, uma vez que anteriormente as restrições comprometiam as actividades da indústria, devido à falta da água bruta ou potável para o consumo.

Com o incremento, as empresas já estabelecidas poderão aumentar a sua produção e colocar o parque na posição de atrair mais investimentos.

Desporto

Moçambique "treinou" com Egipto para meia-final onde enfrenta o Senegal

Moçambique suplantou o Egipto, nesta quinta-feira (15), em partida dos quartos-de-final do Campeonato Africano de basquetebol sénior feminino que decorre no Senegal. As "Samurais", que se deram ao luxo de descansar a triplista Anabela Cossa, precisam de vencer as anfitriãs para chegarem a final e disputarem o inédito título do Afrobasket.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: FIBA

vantagem para 53-42 pontos.

Tamara Seda, Ingvild Mucauro e Leia Dongue decidiram acelerar o ritmo e a nossa selecção voltou a distanciar-se no marcador abrindo uma vantagem de 19 pontos. Soraya Degheidy carregava a sua selecção às costas tentando encurtar novamente o placar mas as "Samurais" não deram chances e garantiram a presença na meia-final com um contundente 80-66 pontos.



Na noite desta sexta-feira (16) o Afrobasket começa à sério para Moçambique que enfrenta a selecção da casa, que nos "quartos" as senegalesas eliminaram Angola por 88-54 pontos, e procuram recuperar o título perdido em 2017 para a Nigéria. As nigerianas e o Mali disputam a outra semi-final.

As "Samurais", que já foram finalistas vencidas em 1986, 2003 e em 2013, mesmo sem a preparação adequada, afinal o Governo de Filipe Nyusi dá primazia ao futebol, estão em Dakar para desta vez conquistarem o africano.

Ingvild abriu as hostilidades no 3º período mas as egípcias não se davam por derrotadas e voltaram a encurtar a des-

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com



goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

A revisão do Código Penal, aprovada recentemente pela Assembleia da República, criminalizou com prisão quem "aliciar crentes de uma religião ou culto a alienar ou entregar dinheiro ou bens como (...) promessa para o enriquecimento".

<http://www.verdade.co.mz/nacional/68997>



Hermínio Zango Hz
Imagino que essa lei só está nos papeis e vai terminar nos papeis · 1 dia(s)

Paulino Saide Nageral Jantar Parabéns meu país · 2 dia(s)

Mileva Nanjolo Amém · 2 dia(s)

António Cutana IURD-Instituição Universal de Recolha de Dinheiro · 1 dia(s)

Florencio Munguambe Espero que se cumpra · 2 dia(s)

Eduardo Ngomane Cuidado jornalismo!!! Essa foto é de uma igreja bem identificada. Estará, o jornal, abertamente, à nos dizer... · 2 dia(s)

Sylvester Cumbane ...que a pioneira na recolha do dinheiro e bens dos carentes em nome de prosperidade. Deve ser isso mesmo · 2 dia(s)

Nairinho Mabote Eles são os principais · 2 dia(s)

Casimiro Adriano Eduardo Ngomane porque os da IURD são Gatunos de primeira · 2 dia(s)

Mário Fonseca Eduardo Ngomane é bom que seja identificada para as pessoas saberem quem são os oportunistas e exploradores que enchem os bolsos da desgraça alheia. A IURD é a pior. · 2 dia(s)

Eduardo Ngomane Podem até ser os pioneiros, etc, etc... Mas à PGR é que cabe a acusação. Acho, apenas, que colocar foto de igreja A ou B em uma notícia destas, não é abonatório para o jornal... · 2 dia(s)

Jose Da Conceicao Gilberto Se a IURD acionar o seu corpo jurídico vai ter que ser endiminizado porque usar uma imagem sem a dúvida autorização constitui um crime · 2 dia(s)

Fernando Elias Sengo DA IURD meu amigo têm-se evidências claras disso nem entraria nessa corrida, pois, é perdida! · 2 dia(s)

Márcia De Souza Barros Fernando Elias Sengo. Se for necessário, não faltarão testemunhas de extorsão · 2 dia(s)

Alige Cipriano A "Palhota" Sim, a "Palhota" é a maior igreja deste país. Para além de serem aliciados (ameaçados) a doar carros, casas entre outros bens, lá as pessoas hipotecam a vida de outras para poderem casar, enriquecer, etc. Pedem até vida de pessoas... Sobre a imagem, não

comento. Voçês sabem disso! · 2 dia(s)

Zacarias Sabino Não há nenhum equívoco, entre a mensagem e a imagem, não fica bem andar a extorquir pessoas usando nome de Deus. · 2 dia(s)

Eugenio Manuel O governo levou muito tempo pra tal iniciativa. Estão de parabéns não se esqueçam que há proliferação das igrejas em cada esquina, de um lado é positivo do outro há tendências negativas · 2 dia(s)

Márcia De Souza Barros Eugénio Manuel. Sim, mas antes tardia do que nunca! Mas vendo o tal governo pelas vias que segue, tenho certeza que tem caroço nesse angu. Deve ser outro acordo milionário entre os vendilhões e o Palácio do governo. · 2 dia(s)

Sebastião Campeoes na elaboracao e aprovação de leis, mas fracos na implementacao e fiscalizacao! Mais um assunto para AR. · 1 dia(s)

Rita Teixeira Também tentaram abrir uma loja no Porto, em Portugal, foram expulsos. · 2 dia(s)

Paulino Saide Nageral Jantar Sim sim sim. Uma loja de venda de drogas. · 2 dia(s)

Mário Fonseca Rita Teixeira Queriam comprar o Coliseu do Porto mas não conseguiram. Tenho pena que haja pessoas que acreditem no pai natal. · 2 dia(s)

Tatiana Chivulele Rita Teixeira à igreja universal do posto está muito bem aberta.! · 2 dia(s)

Tatiana Chivulele Este Jornal é que deveria é ser punido por usar imagem da igreja universal em sua notícia... onde a universal entra aí? mas que o próprio Deus trate da punição. · 2 dia(s)

Nhantumbo Tatiana Chivulele essa igreja é k trosse é cena de negócio da fé · 2 dia(s)

Barros O Massikine Precisávamos dessa lei, só espero que funcione. · 2 dia(s)

Cesar Langa Junior O negocio da IURD e vender fe. · 1 dia(s)

Santos Todas igrejas todas tao usando a fe a carence do se humano todas nao se tira uma e so sujeira as pessoas tao sofridas carentes so que cada uma ange de um jeito mas todas explora eu disse e repito todas · 2 dia(s)



Fernando Elias Sengo Huffff, tava cansado de FOGUEIRA SANTA! · 2 dia(s)



Pelle Pelle Antes tarde que nunca. · 2 dia(s)



Cesar Langa Junior IURD e uma empresa e nao igreja. · 1 dia(s)



Da Conceicao Gilberto O código penal penaliza a Iurd ou qualquer igreja? · 2 dia(s)



Manuel C. Nhacutoe Jose Da Conceicao Gilberto "cuid juris...." · 2 dia(s)



Jose Da Conceicao Gilberto Manuel C. Nhacutoe não entendi nada · 2 dia(s)



Manuel C. Nhacutoe Jose Da Conceicao Gilberto kikikikiki, pergunte os que fizeram "direito" meu irmão... · 2 dia(s)



Jose Da Conceicao Gilberto Manuel C. Nhacutoe melhor deixarmos, e vermos o que vai acontecer · 2 dia(s)



André F. Tivane Qui Júris (que lhe é devido). Qual será a matéria de prova da alienação? O que vai assegurar que não foi oferta voluntária. · 2 dia(s)



Jose Da Conceicao Gilberto Ai esta a questão · 2 dia(s)



Marilucia Rodrigues Francisco Finalmente. · 2 dia(s)



Sam Mazine Os gajos abrem igrejas no meio das barracas · 2 dia(s)



Dolvaz Dos Reis Nhancalle Que diremos, pois, a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquela que nem mesmo a Seu Próprio Filho poupar, antes O entregou por todos nós, como nos não dará também COM ELE todas as coisas? Romanos 8.31,32 · 2 dia(s)



Flávio Augusto Mangue Jr. NÃO VEJO ONORIO CUTANE POR QUÉ?? · 2 dia(s)



Jochua Fenias Cossa Mano Flávio Augusto Mangue Jr. Não podemos julgar sem saber o que se passa lá dentro · 2 dia(s)



Flávio Augusto Mangue Jr. Mano Joshua veja isso como notícia sem fundamentos · 2 dia(s)



Márcia De Souza Barros Jochua Fenias Cossa. Eu sei tuuuudo o que se passa lá dentro. E o governo de poleiro também. Resolveu que ou faz um acordo ou vai querer a fatia dele! Aguardem! · 2 dia(s)



Geraldo Armando Matlava Matrava Bem haja · 2 dia(s)



John Samo Como irão provar? · 2 dia(s)



Spiro Peleme Fechem logo essas lojas · 2 dia(s)



Zacarias Sabino Demorou!!!! · 2 dia(s)



Sue Teixeira Já vem tarde · 2 dia(s)



Neida Loforte Ja era sem tempo · 2 dia(s)



Marisa Balas Gosto. Não é apenas esta igreja. São várias. · 2 dia(s)



Lele Wellington Porque que essa notícia tinha que vir com capa da IURD?? · 2 dia(s)



Herminio King Wanuna Dembo Lele Wellington ek a essa igreja faz isso e muitas outras · 2 dia(s)



Lele Wellington eu podia muito bem entrar numa "discussão" contigo sobre isso, mas n tou afim de conversar com alguém que o seu argumento eh baseado em fofocas, boatos e especulações, se eu pedir uma unica prova sequer n vais me apresentar...entao passar bem · 2 dia(s)



Márcia De Souza Barros Lele Wellington. Então conversa comigo. Eu sou prova viva e te mostro milhares que testemunham da extorsão através da lavagem cerebral que ela proporciona. Dos fiéis dizimistas, os fiéis ofertantes da fogueira santa até às ofertas alçadas, baseadas em lendas como a de José

do Egito, eu te digo, não faltarão testemunhas. De todos estes, não vi nenhum prosperar, apenas os bispos, porque até os pastores vivem na pobreza, submissos ao bispo. · 2 dia(s)



Cremildo Massingue Quando foto, embora ilustrativa seja da IURD, hummm · 2 dia(s)



Alfredo Antônio Vilanculos Já cansaram de comer das igrejas é só hoje que estão a tentar querer parar isso? · 2 dia(s)



Márcia De Souza Barros Alfredo Antônio Vilanculos. Espera... Há um grande acordo por trás. Todos vão acabar comendo na mesma mesa da oferta dos "fiéis" e rindo muito da nossa cara, inclusive o presidente. · 2 dia(s)



Alfredo Antônio Vilanculos Temos a mesma visão. Apenas não quis aprofundar o assunto. · 2 dia(s)



Maria Monteiro será que também vão criminalizar as beatices da santamadreigreja? · 2 dia(s)



Antonio Branco Maria Monteiro valeu; essa madre é e sempre foi a igreja do estado por todo lado onde estão implantados... Menos no céu · 2 dia(s)

Sociedade

A ter lugar a 31 de Agosto: Mais de 1.000 participantes já aderiram à Corrida Azul

A Corrida Azul é a primeira e única, em Moçambique, cujo registo de participantes é efectuado através de um aplicativo para telemóveis, já disponível no Play Store e Apple Store.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de uma inovação tecnológica que visa facilitar e flexibilizar o processo de inscrição de participantes nacionais e estrangeiros na meia-maratona, promovida pelo Standard Bank, com os patamares organizacionais das corridas realizadas noutros cantos do mundo.

Através desta tecnologia, mais de 1.000 pessoas já se inscreveram, para participar na terceira edição da Corrida Azul que se realiza, no dia 31 de Agosto, em Maputo, para celebrar os 125 anos do Standard Bank, que se assinalam a 20 de Agosto.

Mais do que celebrar os 125 anos do Standard Bank, a Corrida Azul tem como objectivo ajudar a promover o atletismo nacional, despoletando talentos que possam representar Moçambique em competições internacionais.

Trata-se, igualmente, de uma ação de responsabilidade social corporativa, que visa incentivar as pessoas a abandonarem o sedentarismo e adoptarem hábitos de vida saudáveis, razão pela qual a corrida contempla, também, a componente de cami-

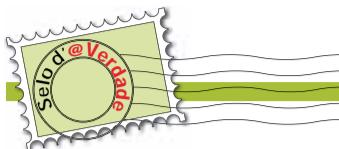
nhada e ginástica aeróbica. Pela primeira vez, esta edição da Corrida Azul terá um percurso de meia-maratona, 21 quilómetros para atletas profissionais/federados. Os populares terão, também, um desafio maior, pois farão um percurso de 15 quilómetros, contra os 13 do ano passado.

Importa salientar que a prova compreenderá as categorias de federados, populares, veteranos e portadores de deficiência.

A Corrida Azul do Standard Bank teve início em 2014, quando o banco celebrou 120 anos de sua implantação em Moçambique.

Constituiu uma experiência única e bastante surpreendente pois, contra todas as expectativas, teve participação de atletas estrangeiros, tanto na categoria de masculinos como de femininos.

No ano passado, ultrapassou, uma vez mais, a expectativa ao registar uma participação recorde de perto de mil pessoas numa prova realizada em condições climatéricas adversas.



Uma breve abordagem sobre Educação Alimentar III

Conforme foi visto nos capítulos anteriores, o ser humano precisa de uma boa alimentação diária para conseguir manter a disposição e o foco em todas as suas actividades realizadas em sua rotina, garantindo melhorias em sua qualidade de vida e prevenindo doenças.

Face a essa crescente necessidade, nasceu a Educação Alimentar que, conforme já foi mencionado nos capítulos anteriores, desempenha um papel importante em relação ao processo de transformação e evolução, à recuperação e promoção de hábitos alimentares saudáveis, podendo proporcionar conhecimentos necessários à tomada de decisão de formar atitudes, políticas alimentares saudáveis e variados, etc.

Sendo assim, com a ajuda dos alimentos certos o ser humano se torna capaz de potencializar suas habilidades e de realizar qualquer tipo de função com maior flexibilidade, garantindo a melhoria no seu rendimento diário e maior nível de atenção em determinados assuntos. Nesse contexto, a necessidade de controlar os hábitos alimentares constitui um assunto de maior preocupação na actualidade e está fundamentalmente associada às políticas públicas e aos programas de saúde, que buscam adequar e melhorar o estado de saúde da população, incluindo a prática de actividades físicas.

Não obstante, conforme igualmente foi referido nos capítulos anteriores, a promoção da educação alimentar contribui para a proteção e promoção da saúde através

de uma alimentação adequada e saudável, determinando um crescimento e desenvolvimento do ser humano conforme as políticas em alimentação e nutrição, contribuindo de maneira significativa no controlo da prevalência de doenças crónico-digestivas. No presente capítulo vamos falar sobre a composição e funcionamento dos alimentos no nosso organismo.

O conhecimento sobre a composição dos alimentos serve de base à caracterização dos problemas nutricionais, à elaboração de legislação e de políticas de nutrição e ao estudo da relação entre alimentação e estado de saúde ou doença de indivíduos e populações.

Importa referir, antes, que as células do nosso organismo necessitam de substâncias que são fornecidas pela alimentação para permitir o seu crescimento e a sua diferenciação. Nesse caso, tanto o consumo abusivo quanto a frequência de consumo de alimentos de um único grupo alimentar (quer sejam vitaminas, proteínas, lípidos ou de energia concentrada) pode levar o indivíduo a desenvolver desnutrição ou malnutrição.

A malnutrição é cientificamente definida como uma patologia de origem nutricional causada pela ingestão excessiva dos alimentos, acima das necessidades diárias para o indivíduo. Isto é, um estado patológico resultante da ingestão excessiva de nutrientes.

Já a desnutrição consiste num estado patológico caracterizado pelo desequilíbrio nutricional que re-

sulta da insuficiência ou deficiência na ingestão de alimentos, ingestão inadequada dos alimentos ou mesmo pela má absorção dos nutrientes.

Quando os alimentos escasseiam ou quando a alimentação é desequilibrada, o indivíduo pode envelhecer precocemente, apresentar baixo desempenho intelectual e se tornar vulnerável a desenvolver uma série de doenças, podendo ainda desenvolver uma estatura física do seu organismo com dificuldades. Nesse caso, para manter o equilíbrio biológico é necessário fornecer ao organismo os alimentos não só em quantidades suficientes, como também em composição nutricional necessária.

Assim, um alimento é nutritivo quando colabora ou sustenta os processos de manutenção da vida, e, por sua vez, um alimento bom pode se tornar perigoso quando ingerido em excesso ou em condições inapropriadas. Em outras palavras, a alimentação diária do indivíduo deve variar constantemente, de forma a suprir todas as carências relacionadas com as suas actividades biológicas.

Conforme foi descrito no capítulo 1, a alimentação tem suas leis, nomeadamente:

Da quantidade - segundo a qual a quantidade de alimentos deve ser suficiente para cobrir as exigências energéticas do organismo e manter em equilíbrio o seu balanço. As diferentes actividades realizadas, também, determinam as diferentes exigências calóricas;

Da qualidade - a que estabelece que a composição do cardápio alimentar deve ser completo para fornecer ao organismo uma unidade indivisível de todas as substâncias que o integram;

Da harmonia - segundo esta lei, as quantidades dos diversos nutrientes que integram a alimentação devem guardar uma relação de proporção entre si; e

Da adequação - no referente a este aspecto, importa salientar, primeiro, que a finalidade da alimentação está subordinada à sua adequação ao organismo. Nesse contexto, a adequação em questão está subordinada ao momento biológico da vida e, além disso, deve adequar-se aos hábitos individuais, à condição socioeconómica da pessoa e em relação ao seu sistema digestivo e aos órgãos ou sistemas alterados por alguma enfermidade.

De acordo com a composição, os alimentos podem ser agrupados em quatro grupos fundamentais, nomeadamente: alimentos de base (constituídos por cereais e tubérculos- fornecem energia ao organismo), alimentos protectores (constituídos por vitaminas, sais minerais e água- exercem a função de proteção do organismo contra agentes causadores de doenças), alimentos construtores (fornecem proteínas) e, por último, alimentos de energia concentrada (os quais fornecem lípidos).

A proteína é a única fonte alimentar de nitrogénio do organismo e contém 16 % de nitrogénio. O

nitrogénio retido no organismo é usado para a síntese de proteínas. Exemplos de balanço positivo de nitrogénio são o crescimento, a gestação, a reparação de tecidos e o desenvolvimento muscular. A proteína ingerida, além de necessária para o crescimento e reparação de tecidos, pode ser convertida em hidratos de carbono (quando sua ingestão é reduzida), e é usada como combustível ou ser armazenada como gordura.

As vitaminas e os minerais estão presentes em grande variedade de alimentos. Cada um desses nutrientes é importante, pois exerce funções específicas, essenciais para a saúde das nossas células e para o funcionamento harmonioso entre elas. No entanto, para atingir as recomendações de consumo desses nutrientes, o seu fornecimento através dos alimentos deve ser diário e a partir de diferentes fontes.

Não é correcto, nesse caso, por exemplo, supor que uma boa alimentação é constituída somente por vitaminas ou por proteínas, porque aumentam a resistência do organismo ou substituem com vantagem os outros nutrientes. Pelo contrário, uma boa alimentação implica consumir alimentos em quantidade e qualidade necessárias, de acordo com a faixa etária, condição física, estado patológico, actividades que exerce.

Próximo capítulo: o índice da desnutrição em Moçambique.

Por: Basílio Macaringue

Sociedade

Dezenas de trabalhadores da "Darling" vítimas "intoxicação por inalação de gás"

Mais de sete dezenas de trabalhadores de uma das fábricas que a multinacional indiana Godrej Consumer Products possui em Moçambique foram hospitalizadas nesta segunda-feira (12) devido a "intoxicação por inalação de gás", segundo fonte médica. O acidente acontece menos de um ano após 133 trabalhadoras terem desmaiado em plena actividade na unidade fabril, comercialmente conhecida como "Darling", situada na Província de Maputo.

Texto: Redacção

rem perdido os sentidos na mesma fábrica.

Na altura, e após inspecionar o local, a Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE) sancionou a empresa com uma multa de 383 mil Meticais por infracção em matéria de higiene e segurança no trabalho.

A Godrej Consumer Products produz na sua fábrica da província de Maputo, onde emprega quase 2 mil pessoas, extensões de cabo para o mercado moçambicano mas também exporta para a África do Sul, Zimbabué, Namíbia e Madagáscar.

As extensões de cabo, vulgarmente denominadas mexas, da multinacional indiana, muito apreciadas pelas mulheres moçambicanas, são produzidas a partir de fibras sintéticas de plástico, um derivado de petróleo.

Desta vez no município da Matola: AdeM surpreende mais 30 ligações irregulares

No âmbito da implementação da campanha denominada "Recuperação de Suspensos", a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) removeu, na sexta-feira, 9 de Agosto, no Bairro Língamo, no município da Matola, na província de Maputo, 30 ligações irregulares, que ocasionavam perdas estimadas em mais de 450 metros cúbicos de água, correspondente a uma facturação mensal de cerca de 200 mil meticais.

Trata-se de uma iniciativa que visa, essencialmente, a recuperação de 2.500 clientes da empresa que se encontram suspensos, devido a várias irregularidades, como ligações clandestinas, bypass, falta de pagamento de facturas, entre outras, detectadas na zona da Matola A.

Para além do Bairro Língamo, a acção vai abranger, igualmente, outros bairros da Área Operacional da Matola.

Segundo Recílido Mahache, gestor da Zona-1, Matola e Trevo da AdeM, em termos de perdas, a empresa contabilizou 2.500 clientes que consomem, de forma fraudulenta na Matola A, uma média de 15 metros cúbicos de água por mês.

"Esse universo de clientes causa à AdeM uma perda de cerca de 1.7 milhões de meticais por mês", explicou o gestor.

Questionado sobre o destino dos clientes infractores, Recílido Mahache disse que



para "desencorajar este tipo de acções, terão que prestar declarações junto das autoridades policiais a fim de serem responsabilizados pelos actos praticados. Para já, os técnicos da empresa têm feito as devidas remoções das ligações irregulares detectadas, sendo que alguns clientes, nesta situação, deverão efectuar o pagamento das dívidas, quer seja de forma cabal ou faseada, à empresa", referiu o gestor.

Marta José, um dos clientes, cuja ligação clandestina foi removida pela equipa técnica da AdeM, alegou que a sua acção resulta da falta de condições para o pagamento das dívi-

das que mantém com a empresa.

"É a primeira vez que eu faço isto. Tenho esta ligação, a partir da qual forneço aos meus inquilinos, há um mês. Sei que o que fiz é um delito. Peço desculpas e apoio aos outros para que não optem por ligações clandestinas", confessou Marta José.

Por sua vez, Julião Sequela, cliente com contrato suspenso, desde 2017, devido ao não pagamento das facturas, indicou que o corte no fornecimento de água à sua residência está na origem da ligação clandestina que efectuou.

"Fui apanhado. Peço desculpas. Peço uma oportunidade para pagar a dívida que tenho com a AdeM de forma faseada", disse Julião Sequela.

Importa referir que a operação desencadeada pela AdeM vai decorrer por tempo indeterminado, devendo abranger os 44 bairros que compreendem a Área Operacional da Matola.

"Por volta das 9 horas nós recebemos 72 doentes, um dos quais do sexo masculino e 71 do sexo feminino, todos provenientes da empresa Darling, queixando-se de alguma dificuldade respiratória e alguns tinham dores de cabeça. Disseram ter inalado um gás que eles também desconhecem. Desses doentes oito foram encaminhados à maternidade, porque estavam grávidas, estão sob observação, 13 encontram-se na sala de observação mas os restantes tiveram alta. O que nós constatamos é mais uma intoxicação por inalação de gás, mas nós desconhecemos o tipo de gás" explicou a Rádio Moçambique Artur Machava, o Director do Hospital Provincial da Matola.

Machava recordou que a intoxicação é semelhante a constatada nas trabalhadoras que em Novembro de 2018 também tiveram de receber assistência médica após te-

→ continuação Pag. 08 - Cobertura florestal na província da Zambézia

da área florestal. O crescimento da população rural é mais rápido que o aumento da área agricultada, o que significa que cada vez mais existem, para além da agricultura, outras actividades geradoras de rendimento, implicando o decrescimento da população que se dedica à agricultura ou que possui esta actividade como a principal fonte de rendimento. No mesmo gráfico, observa-se também uma desaceleração do ritmo de perda de área florestal, sobretudo a partir dos anos 2012/2013.

Com a expansão das áreas agricultadas, por efeito demográfico (e não pelo aumento das áreas médias por exploração), e devido à agricultura itinerante, vastas áreas são sistematicamente desflorestadas. Apesar da queimada dos solos, após a destronca, o solo torna-se mais fértil durante 3 a 6 anos, baixando a fertilidade rapidamente nos anos seguintes, o que obriga à abertura de novos campos (agricultura itinerante).² Os troncos obtidos da destronca são utilizados para lenha, na construção (casas, cercados, etc.), para consumo e venda.

O crescimento da população pode ter um impacto directo no aumento da área agrícola, o que implica mais conversão de florestas. Conforme observado no gráfico acima, as projecções de crescimento populacional para a província de Zambézia eram de aproximadamente 100,000 habitantes em 12 anos. Este factor, aliado à crise económica no país, às poucas oportunidades de emprego e à concentração destas oportunidades em determinados sectores (como a agricultura), leva à abertura de cada vez mais campos agrícolas, muitas vezes com recurso a práticas pouco sustentáveis e agressivas ao ambiente (como é o caso do abate desordenado de florestas).

Estudos revelaram que a corrupção e o abate excessivo são dos mais importantes fenómenos por detrás do desflorestamento que se tem verificado na Zambézia. Em resposta a esta situação, foram aprovadas leis e regulamentos florestais, assim como realizaram-se várias reformas no sector. Porém, as normas florestais estabelecidas não chegam a ser devidamente implementadas. O mercado asiático é o principal destino da madeira explorada ilegalmente e a fragilidade do Governo em conter a irregularidade tem contribuído para o sistemático desmatamento de florestas tropicais de crescimento lento, florestas semiáridas e florestas tropicais secas, de madeiras duras e preciosas.

A exportação de toros não processados dificulta o crescimento da indústria local e transfere os benefícios da exploração para outros países. A madeira moçambicana exportada para a China abastece as indústrias de mobiliário e de produtos de madeira naquele país, que posteriormente alimentam outros países como os Estados Unidos, o Japão, países da Europa e também Moçambique, a baixos custos de importação³. A extração predadora e o tráfego ilegal de madeira (incluindo a exportação) contribuem para a acumulação no exterior e torna os países de destino mais competitivos no mercado internacional. Os países de origem da madeira, como, por exemplo, Moçambique, vendem barato ou não beneficiam devido à corrupção, adquirindo depois a madeira transformada. Não menos grave, vastos territórios desmatados têm consequências ambientais e nas mudanças climáticas.

Na Zambézia, de acordo com a Rede para Ambiente e Desenvolvimento Comunitário na Zambézia (RADEZA), pouco é feito por parte do Governo para a protecção das reservas e florestas. Madeira valiosa é abatida ilegalmente e exportada para países asiáticos e países da África Austral. Para além disso, espécies de madeira como o Pau-ferro e a Umbila estão prestes a desaparecer nas reservas florestais da Zambézia “por serem as mais procuradas pelos criminosos”.⁴ A Direcção Provincial da Agricultura acusa os líderes comunitários de facilitar o contrabando de madeira nos distritos com maior potencial em recursos florestais, nomeadamente Gilé, Milange, Mocuba e Alto Molócuè.⁵

da, para potenciais compradores nacionais e internacionais.⁶

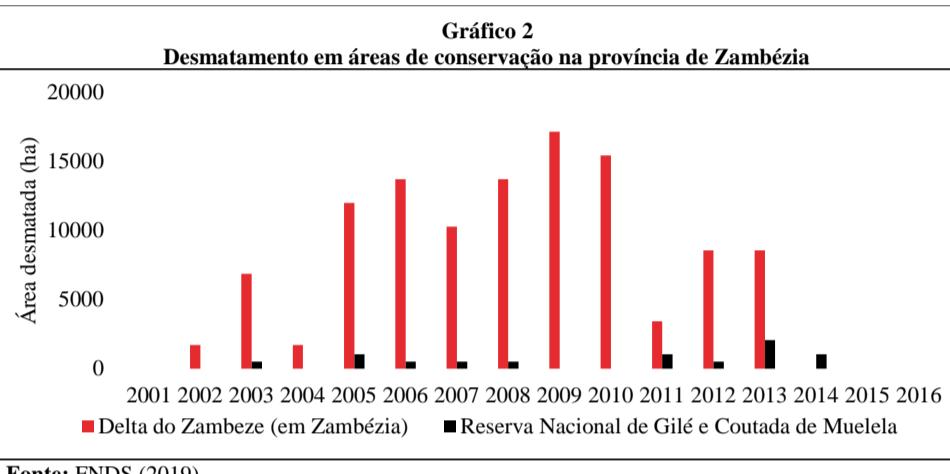
Após a apreensão massiva de madeira ilegal registada no país, em 2016 (1300 toneladas de toros), a Assembleia da República aprovou uma emenda legislativa que proíbe a exportação de toros. Porém, há quem defende que os esforços ainda não são suficientes para extinguir a exploração ilegal de madeira no país: “...o sistema de controlo e monitoria é muito poroso. Aprovam-se instrumentos legais mas, na prática, quando se chega à altura de implementação, os crimes ambientais continuam a acontecer”, palavras do coordenador da Agência Nacional para o Controlo da

4. RESUMO

Na Zambézia, e em particular nos distritos do Gilé, Milange, Mocuba e Alto Molócuè, assistiu-se, durante o período analisado, a uma significativa perda da área florestal. Tem particular importância a devastação das reservas florestais e o corte de madeira dura mas de crescimento lento. Muito deste corte predador é realizado por agentes económicos que contrabandeiam, tanto volumes de madeira acima dos autorizados (licenciados), como por práticas predadoras e de destruição da riqueza económica, como pela exportação ilegal sem receitas em divisas e para o orçamento do Estado. Verifica-se uma redução do ritmo de decrescimento da área florestal a partir de 2012/2013, devido a dois factores principais: (1) redução da existência de volumes de espécies florestais de madeira preciosa e de crescimento lento; (2) aprovação de legislação restritiva sobre o corte e maior actuação governativa e da sociedade civil; (3) a operação “tronco”, em 2017, também contribuiu para um maior controlo e persuasão junto dos traficantes.

O tráfego de madeira constitui uma cadeia de crime, que começa nas lideranças comunitárias, transportadores, agentes económicos nacionais e estrangeiros e agentes do Estado. É importante que se realizem estudos para melhor compreensão e sistematização deste fenômeno.

Embora o Governo tenha lançado medidas de maior controlo da actividade florestal e, em particular, do corte de madeira, é opinião dos agentes económicos e sociais que existe necessidade de as tornar mais eficazes e libertas de pressões políticas.



Fonte: FNDS (2019).

A área total desflorestada em zonas de conservação, entre 2001 e 2016, corresponde a cerca de 123.348 ha, sendo a maior parte do abate observado no Delta do Zambeze. A área total, correspondente às três zonas, é de 2.504.235,58 ha, e o desmatamento durante os 16 anos corresponde a 4,8% desta área. Após se o pico em 2009, ocorreu uma redução considerável nas taxas de desmatamento a partir de 2011, na mesma altura em que se observa a diminuição do desflorestamento a nível geral em Zambézia.

Qualidade Ambiental (AQUA), 2016.¹⁰

Por outro lado, a legislação que estabelece a proibição de exportação de troncos foi “enganada” e, por isso, não cumprida, pelo facto de a transformação se resumir à retirada da casca dos troncos e ao corte do diâmetro em quatro “sub-troncos”.

Moçambique perde anualmente entre 140 e 187 milhões de euros no contrabando de madeira¹¹. Para fazer face a esta situação, em 2018, o Governo moçambicano emitiu novas regras de exploração e exportação de madeira, tendo passado a ser proibida a exportação de Chanfuta, Umbila e Jambirre. Para abastecimento do mercado interno, a madeira destas espécies deverá ser licenciada. As novas medidas incluem ainda a proibição da exploração e recolha da madeira de Nkula, do Pau-ferro e do Mondzo. A exportação de madeira de espécies nativas passa a ser autorizada somente mediante a apresentação de um plano anual de exportação e o cumprimento dos critérios de estabelecimento de indústria.”...não sei se temos capacidade institucional suficiente para fiscalizar e garantir a implementação”, declarou a coordenadora da Campanha de Advocacia para a Promoção da Boa Governação no Sector Florestal (2018).¹²

Fontes noticiosas de 2017 dão conta que a suspensão de exportação a partir do porto de Quelimane causou prejuízos de cerca de 60 milhões de meticais à Cornelde de Moçambique, também colocando em risco os empregos de 65 trabalhadores. A medida causou ainda perdas de receitas das alfândegas, segundo a delegação de Quelimane[6]¹³ e prejuízos nos operadores florestais. A quase totalidade da madeira deixou de ser exportada pelo porto de Quelimane pelos seguintes motivos: os grandes barcos de transporte de madeira exportada não conseguem atracar no porto de Quelimane. Como alternativa, a madeira da Zambézia é exportada pelos portos de Nacala e da Beira e uma parte embarca em Quelimane em lanchas para transbordo no alto mar.

¹⁰C. Mackenzie, Um Take-Away Chinês!, Zambézia: Administração da Floresta na Zambézia, 2006.

¹¹[Online]. Disponível: <https://enxada.com/artigos/que-agricultura-itinerante>. [Acedido em 24 Abril 2019].

¹²C. Mackenzie, Um Take-Away Chinês!, Zambézia: Administração da Floresta na Zambézia, 2006.

¹³M. Muéia, “DW,” DW, 5 Julho 2014. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/floresta-dizimada-na-zamb%C3%A9zia-em-mo%C3%A7ambiqa/a-17904188>. [Acedido 28 Maio 2019].

¹⁴M. Muéia, “DW,” DW, 5 Julho 2014. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/floresta-dizimada-na-zamb%C3%A9zia-em-mo%C3%A7ambiqa/a-17904188>. [Acedido 28 Maio 2019].

¹⁵A Operação Tronco, iniciada a 1 de Março de 2017, foi feita com o intuito de rastrear cerca de 700 mil m³ de madeira ilegal, avaliada em mais de 20 biliões de meticais. (Jornal Domingo, Março 2017)

¹⁶M. Muéia, “DW,” 7 Julho 2017. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-contrabando-de-madeira-em-mo%C3%A7ambiqa/a-40398146>. [Acedido 27 Maio 2019].

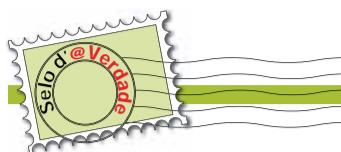
¹⁷M. Muéia, “DW,” 7 Julho 2017. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-contrabando-de-madeira-em-mo%C3%A7ambiqa/a-40398146>. [Acedido 27 Maio 2019].

¹⁸M. Muéia, “DW,” 7 Julho 2017. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-contrabando-de-madeira-em-mo%C3%A7ambiqa/a-40398146>. [Acedido 27 Maio 2019].

¹⁹T. Mansani, “DW,” 7 Dezembro 2016. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambiqa-faz-maior-apreens%C3%A3o-ao-de-madeira-da-hist%C3%B3ria-do-pa%C3%A7o%C3%ADs/a-36684821>. [Acedido 27 Maio 2019].

²⁰AGÊNCIA LUSA, “DW,” 10 Abril 2018. Disponível: <https://www.dw.com/pt-002/novas-regras-para-setor-madeireiro-em-mo%C3%A7ambiqa/a-43326070>. [Acedido 29 Maio 2019].

²¹J. Marcos, “O País,” 19 Setembro 2017. Disponível: <http://opais.sapo.mz/suspensao-de-exportacao-da-madeira-gera-prejuizos-na-zambézia>.



A carta de um recluso

Rachide é um jovem que está a cumprir os seus 24 anos de prisão, numa Cadeia de Máxima Segurança situada na província de Cabo Delgado, por causa de vários crimes que lhe pesam a culpa, quiçá, por assassinato que perpetrhou a um amigo dele.

Hoje o Rachide faz o seu décimo ano de prisão, mas honestamente ele se arrepende de todos actos cometidos e decide redigir uma carta à sua família, dizendo:

"Querido meu pai;
Querida minha mãe;

Querida minha esposa;
Família toda!

A minha vida cá é complicada e dolorosa! Passo todos os dias a chorar, arrependido por tudo o que fiz fora destas celas. Não tenho mais como sentir o vosso abraço, não tenho mais como poder vos ver. Fico ainda mais triste quando vejo a passarem anos sem poder receber a vossa visita cá, doe-me o coração e isso mata-me aos poucos.

Perdoem-me por favor!

Meu pai perdoa-me, por

não ter ouvido os seus conselhos, por não ser aquele tipo de filho que sempre sonhaste ter. Aconselhaste-me sempre para que eu pudesse ir a escola e eu nunca te dei ouvido: desperdicei as oportunidades que destemei pai!...

Minha mãe perdoa-me, por tudo que eu fiz. Apoiate-me sempre financeiramente para que eu criasse pequenos negócios e no lugar disso eu me envolvi nas drogas. Fiz tudo ao contrário, não fui um filho capaz de compreender o sentimen-

to de uma mãe pelo filho.

Minha esposa, desculpa por te deixar grávida e não poder estar perto, para cuidar junto de ti a nossa criança, que até hoje não sei se é menina ou menino porque lembro-me que fui condenado a prisão quando ainda estavas grávida.

Desculpa família por decepcionar-vos. Hoje estou muito arrependido. Peço perdão, peço desculpas, família!.."

O Rachide assinou no fim da carta o seu nome, ca-

rimbando com as suas lágrimas que deixaram marcas de arrependimento, e pediu ao homem da segurança penitenciária para que lhe ajudasse a fazer chegar a carta na sua família.

Meses foram passando, sem que ninguém da sua família pudesse visitar-lhe. Rachide, contraiu problemas crónicos de saúde e teve que ser internado no Hospital Central de Nampula.

Por: Joel Amba

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.